

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SÔNIA MARIA REZENDE

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO ENTRE A MINERAÇÃO E O TURISMO:  
REINVENÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

OURO PRETO

2023

SÔNIA MARIA REZENDE

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO ENTRE A MINERAÇÃO E O TURISMO:  
REINVENÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Monografia apresentada ao curso de Turismo da  
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito  
parcial para a obtenção do título de Bacharel em  
Turismo.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Pires.

OURO PRETO

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R467m Rezende, Sonia Maria.

O município de ouro preto entre a mineração e o turismo  
[manuscrito]: reinvenção em tempos de crise. / Sonia Maria Rezende. -  
2023.

73 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Pires.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo. 2. Minas e recursos minerais. 3. COVID-19, Pandemia de,  
2020-. 4. Ouro Preto (MG). 5. Patrimônio cultural. I. Pires, Maria do  
Carmo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Sônia Maria Rezende**

**O município de Ouro Preto entre a mineração e o turismo: reinvenção em tempos de crise**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 31 de março de 2023

### Membros da banca

[Doutora] - Maria do Carmo Pires - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Rodrigo Burkowski - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Maria do Carmo Pires, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/04/2023



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Pires, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/04/2023, às 23:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0504427** e o código CRC **BC8935B7**.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este momento; aos colegas que muito me apoiaram e me incentivaram; aos amigos que descobri em sala de aula, especialmente o Manoel e a Rutinha, pela parceria, carinho e companheirismo; a todos os professores que contribuíram grandemente para o meu aprendizado, transmitindo a mim não somente teorias, mas também a ética, a dedicação e o amor pelo que se faz: muito obrigada! Conviver com cada um(a) de vocês tornou esta experiência mais leve, alegre, gratificante e encantadora.

À minha orientadora Maria do Carmo Pires, de maneira excepcionalmente calorosa, manifesto imensa gratidão. Sem sua perseverança ao me acompanhar em meio aos percalços dos últimos dois anos, eu não teria conseguido chegar até aqui.

À minha mãe, pela sabedoria em nos fazer entender que a educação é o maior legado do ser humano; aos meus irmãos, sobrinhos(as) e cunhados(as), pela admiração e incredulidade neste meu retorno tardio aos bancos de uma escola (sic); à inesquecível Florzinha (*pet*), pela companhia nos momentos de estudos, principalmente nas madrugadas... Quanta saudade!!! À Juju e à Chiquinha, por preencherem (com louvor) o vazio deixado pela Flor. Ao Celso e aos meus filhos, Vinícius, Luciana e Luísa, muito obrigada pelo incentivo, paciência e ajuda com a Net (sic).

Dedico esta conquista a vocês. Com amor.

“Quem elegeu a busca  
não pode recusar a travessia.”

*Guimarães Rosa*

## RESUMO

O presente trabalho discute sobretudo sobre falta de estrutura e planejamento no Turismo em Ouro Preto. Como os desastres ambientais, conflitos políticos, instabilidade econômica e finalmente o impacto da Covid-19 e suas consequências impactam na atividade, já que esta cresceu e se desenvolveu de maneira desigual e carente de diretrizes. Ressalta também a importância da aplicação dos recursos oriundos da atividade minerária no que se refere ao apoio no desenvolvimento e estruturação da atividade turística local, bem como a elaboração de planos de contingências para os períodos de crises. O referencial teórico consultado foca autores que tratam de aspectos socioeconômicos em geral e aplicados ao turismo. A partir da verificação dos problemas estruturais inerentes ao setor, foram sugeridas algumas possibilidades que podem ajudar a potencializar a atividade turística desde que com os investimentos certos. Atualmente algumas destas sugestões transformaram-se em ações e encontram-se em pleno desenvolvimento, após ser constatada a necessidade em aplicá-las.

Palavras-chave: Turismo. Mineração. Pandemia. Ouro Preto. Patrimônio.

## **ABSTRACT**

The present work mainly discusses the lack of structure and planning in Tourism in Ouro Preto. How environmental disasters, political conflicts, economic instability and finally the impact of COVID-19 and its consequences impact on the activity, as it has grown and developed unevenly and lacking guidelines. It also underscores the importance of applying resources from mining activity with regard to support in the development and structuring of local tourist activity, as well as the preparation of contingency plans for periods of crisis. The consulted theoretical reference focuses on authors who deal with socioeconomic aspects in general and applied to tourism. From the verification of the structural problems inherent to the sector, some possibilities were suggested that can help to potentiate the tourist activity provided that with the right investments. Currently, some of these suggestions have been transformed into actions and are in full development, after the need to apply them was identified.

**Keywords:** Tourism. Mining. Pandemic. Ouro Preto. Heritage.



## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – DISTRITO DE BENTO RODRIGUES ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO .....	43
IMAGEM 2 – BARRAGEM DO CÓRREGO DO FEIJÃO ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO .....	44
IMAGEM 3 – ÓPERA “ALEIJADINHO” MARCANDO A RETOMADA DOS EVENTOS PÓS-PANDEMIA EM OURO PRETO (ABRIL DE 2022) .....	54
IMAGEM 4 – RIO DE JANEIRO, CARTÃO-POSTAL DO BRASIL E UM DOS DESTINOS MAIS VISITADOS DO MUNDO .....	55
IMAGEM 5 – EXPOSIÇÃO "A FÉ SILENCIOSA", EM OURO PRETO .....	59
IMAGEM 6 – APRESENTAÇÃO DO PADE NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE OURO PRETO .....	61

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – COVID-19 NO BRASIL.....	47
GRÁFICO 2 – COVID-19 NO BRASIL (ÓBITOS) .....	48
GRÁFICO 3 – COVID-19 NO BRASIL (CASOS CONFIRMADOS, RECUPERADOS, VACINADOS, ÓBITOS E CASOS ATIVOS).....	48
GRÁFICO 4 – CENÁRIO DE IMPACTO DA COVID-19 NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: VOLUMES DE PERDA ECONÔMICA E RECUPERAÇÃO DO SETOR (2020-2023) .....	52

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MONTANTE TOTAL ESTIMADOS DE ARRECADAÇÃO ANUAL PELA CFEM .....	42
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ANM	— Agência Nacional de Mineração
ANVISA	— Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BELOTUR	— Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
CETEM	— Centro de Tecnologia Mineral
CFEM	— Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNC	— Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
COMTUR	— Conselho Municipal de Turismo
DNPM	— Departamento Nacional de Produção Mineral
DTI	— Destinos Turísticos Inteligentes
FecomercioSP	— Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
FNDCT	— Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUMTUR	— Fundo Municipal de Turismo
IBAMA	— Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	— Instituto Brasileiro de Mineração
Ibram	— Instituto Brasileiro de Museus
ICMS	— Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPHAN	— Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOC	— Licença de Operação Corretiva
MPF	— Ministério Público Federal
MTur	— Ministério do Turismo
OMS	— Organização Mundial da Saúde
OMT	— Organização Mundial do Turismo
ONG	— Organização não governamental
OPAS	— Organização Pan Americana de Saúde
PADE	— Plano de Apoio à Diversificação Econômica
PIB	— Produto Interno Bruto

PMS	— Pesquisa Mensal de Serviços
PMT	— Plano Municipal de Turismo
PNMT	— Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRT	— Programa Nacional de Regionalização do Turismo
PNT	— Política Nacional do Turismo,
RIPT	— Rede de Proteção Integrada ao Turismo
SECULT	— Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
SEI	— Sistema Eletrônico de Informações
SPHAN	— Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
WTO	— World Tourism Organization
WWF	— World Wildlife Foundation

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 A CIDADE DE OURO PRETO: DO BRILHO DO OURO À NATUREZA MORTA</b>	<b>17</b>
1.1 PIONEIRISMO NO SÉCULO XVIII: RESPLANDECE O OURO .....	20
1.2 TURISMO × MINERAÇÃO: PATRIMÔNIOS NACIONAIS E AS POLÍTICAS .....	21
1.3 TURISMO E ASPECTOS SOCIAIS: DIMENSÕES E INTERFACES .....	28
<b>2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO .....</b>	<b>31</b>
2.1 SOCIOLOGIA DO TURISMO: CAMPO DE ESTUDO .....	32
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO EM OURO PRETO .....	35
2.3 TURISMO E ASPECTOS ECONÔMICOS .....	38
2.4 O IMPACTO DOS DESASTRES DAS BARRAGENS DE MINÉRIO DE FERRO .....	42
<b>3 MUNICÍPIO DE OURO PRETO: REINVENTANDO O TURISMO EM TEMPOS DE CRISES .....</b>	<b>44</b>
3.1 O ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS NO TURISMO .....	44
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	49
3.3 RETOMADA ECONÔMICA DO TURISMO PÓS-PANDEMIA NO BRASIL .....	52
3.4 OURO PRETO DURANTE E APÓS A COVID-19 .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a evolução de uma cidade em seu contexto econômico. Trata-se de Ouro Preto (MG) cidade conhecida pelo conjunto de seu patrimônio histórico-cultural e arquitetônico. Ela também chama a atenção graças ao lugar de proeminência que ocupou na história nacional, reforçado pela diversificação de suas atividades econômicas e pela sua capacidade de recuperação frente às crises que se apresentaram ao longo do tempo.

A formação de Ouro Preto teve origem no arcabouço da mineração com a descoberta das minas de ouro em seu território, fato que remonta ao final do século XVII. O ápice da atividade mineradora veio durante os Setecentos, o que possibilitou a geração de riquezas nesta localidade, trazendo opulência e muito poder no período colonial. No final do século XIX, com a previsão do esgotamento das minas e a transferência da sede do governo, a cidade decaiu antes de partir em busca de novas alternativas econômicas, ancoradas no turismo histórico-cultural, haja vista sua participação no contexto histórico e a presença de edificações remanescentes do auge da mineração do ouro.

Mas, por estar situada em uma região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, a mineração na região de Ouro Preto permanece como um importante fator de desenvolvimento econômico local. O esgotamento do ouro propiciou a exploração do ferro, que levou à instalação de companhias mineradoras como a Vale do Rio Doce (CVRD) (SILVA, 2004), atualmente VALE S.A., Samarco Mineração S.A., entre outras. Somem-se a isso diversas transformações econômicas e sociais na cidade.

A comprovação do exaurimento do material contido nas minas (minério de ferro) a médio e longo prazo, vem sendo comprovado em vários estudos. No entanto, não só a finitude das minas é preocupante para uma cidade que depende quase que totalmente dos recursos provenientes da atividade minerária. As oscilações do mercado, bem como os desastres provocados em virtude de uma fiscalização mais relaxada e conveniente das empresas empreendedoras, além do impacto no cenário econômico, trouxeram gravíssimas consequências de ordem humanitária e ambiental. Exemplos disso são os desastres causados pelo rompimento das barragens do Fundão, em Mariana, e do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Corroborando com as colocações acerca das instabilidades do setor:

O setor mineral brasileiro registrou em 2022, **queda** de 26% no faturamento em relação ao 2021, totalizando R\$ 250 bilhões (excluindo-se petróleo e gás). A arrecadação da CFEM totalizou R\$ 7,08 bilhões, **32% menor** que em 2021

(R\$ 10,3 bilhões). As exportações minerais brasileiras alcançaram US\$ 41,7 bilhões, **queda de 27,9%** em relação a 2021. O saldo comercial mineral, de quase US\$ 24,9 bilhões equivale a 40% do saldo comercial brasileiro, que foi de US\$ 61,8 bilhões. (MINERAÇÃO..., 2023, n.p, grifo nosso).

Nesse contexto, o turismo passou a ser visto como uma alternativa econômica local, diante da finitude dos recursos naturais e da própria imagem deteriorada das consequências dessa atividade. De acordo com Rebollo (1997) e Panosso Netto (2007), o turismo vem se conformando como fenômeno humano e complexo, no qual a prática social coletiva é geradora de atividade econômica e de diversas manifestações econômicas.

O turismo, quando estruturado e organizado, tende a ser sustentável, isto é, “considera seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades locais” (UNEP; UNWTO, 2005, p. 12, tradução nossa)<sup>1</sup>. Essa concepção se contrapõe à atividade minerária, que, para além dos impactos negativos de todas as ordens e pela própria característica, não se renova, como já alertava um dos ex-presidentes do Brasil (Arthur Bernardes, mineiro de nascimento, de Viçosa, que governou o Brasil de 1922 a 1926): “Minério não dá duas safras” (ROYALTIES..., 2013, n.p; PESTANA, 2015, n.p).

Diante do exposto, este estudo visa alcançar um equilíbrio no que se refere à equidade de valor e investimentos nas duas maiores vocações econômicas de Ouro Preto. Em termos de estrutura organizacional, não há dúvidas quanto à *expertise* das mineradoras. Por se tratar de grandes corporações, são mundialmente conhecidas e reconhecidas, pelo bem e pelo mal, enquanto o turismo local demanda investimentos desde a infraestrutura básica. A nosso favor, o fato de Ouro Preto ter sido a primeira cidade a receber o título de Patrimônio Mundial da Humanidade conferido pela Unesco diz muito sobre seu potencial turístico: para além da diversidade de seus acervos patrimoniais preservados, sua relevância histórica no contexto nacional e sua diversidade ambiental também contribuem para tal destaque.

Considerando a realidade econômica local, espera-se que o envolvimento das grandes mineradoras se reverta em recursos, e que eles, por sua vez, possam e devam ser investidos no fomento, na infraestrutura e no planejamento do turismo local. Desse modo, isso pode fortalecer o desenvolvimento de mais uma fonte de recursos significativa do município, pois, nesse contexto, há geração de emprego e renda, o que serve de arcabouço de recuperação econômica em tempos de grandes crises como a que foi provocada pela pandemia da Covid-19.

---

<sup>1</sup> Trecho original em inglês (definição de **turismo sustentável**): *Tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities.*



O estudo partiu inicialmente de pesquisas bibliográficas com foco em artigos científicos nacionais e internacionais sobre impactos no Turismo de diversas naturezas. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela que possui sua base em materiais já elaborados, como livros que podem ser de referência informativa ou remissiva, ou de leitura corrente como publicações periódicas. A pesquisa tem um caráter exploratório descritivo, na busca de relacionar como a atividade turística pode contribuir para o crescimento econômico de uma localidade. Foi também utilizado o método da observação participante, que, segundo Chizzotti (1995), visa a uma descrição fina dos componentes de uma situação, experienciada e compreendendo a dinâmica dos atos e eventos a recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem a seus atos.

De volta à estrutura do presente trabalho, há no primeiro capítulo um estudo explicativo da evolução da cidade e das bases sociológicas utilizadas para elucidar pontos importantes do impacto social sofrido desde a sua formação. Isso pode ser explicado pela chegada de povos vindos de todos os lugares, pela maneira como se deu a construção de seus patrimônios e pelo impacto que tudo isso tem gerado na comunidade autóctone até hoje.

No segundo capítulo, a questão econômica recebe destaque graças à evidente geração de receitas pelo turismo. De maneira sucinta, são colocados alguns dos princípios econômicos envolvidos na economia do turismo, seus termos e aspectos técnicos, com o intuito de trazer um breve esclarecimento dos tópicos que dizem respeito ao turismo. No mesmo contexto, está inserida a questão da sazonalidade com suas características, dificuldades encontradas e eventuais soluções.

O terceiro capítulo deste trabalho traz os aspectos socioeconômicos da cidade de Ouro Preto, com ênfase no que ela tem a oferecer em forma de atrativos, além do panorama em que se encontra a atividade turística na região. Nessa mesma parte, encontram-se os resultados apresentados com base na metodologia empregada durante a pesquisa. Também se apresentam as perspectivas da atividade turística na cidade de Ouro Preto enquanto ações de desenvolvimento na diversificação da oferta turística, bem como as visões dos gestores públicos, privados e atores envolvidos neste importante setor econômico.

Diante das análises a serem apresentadas, espera-se que haja ferramentas suficientes para a emissão de conclusões referentes ao potencial turístico local. Afinal, o turismo enquanto fonte de recursos pode vir a ser tão protagonista quanto a mineração na região de Ouro Preto e atuar como um elemento conciliador nos conceitos de finitude e sustentabilidade?

Para o turismo se desenvolver de maneira estruturada, são necessários, além de visão empreendedora e infraestrutura, um bom arcabouço financeiro, e isto pode ser aportado pelas

mineradoras através dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), como será detalhado mais adiante.

A título de reflexão, convém fazer a seguinte pergunta: após a crise da mineração em detrimento dos desastres e crises sanitárias, quais providências as autoridades têm em vista para minimizar as perdas de arrecadação? É com este espírito questionador que este trabalho se propõe a contribuir para o debate proposto.

## 1 A CIDADE DE OURO PRETO: DO BRILHO DO OURO À NATUREZA MORTA

O município de Ouro Preto, localizado na região central de Minas Gerais, apresenta vários monumentos da arquitetura colonial do século XVIII, que representam a sua rica história. A ocupação de Ouro Preto está vinculada à expansão da busca de ouro no final dos Seiscentos. Os primeiros registros de ocorrência desse metal precioso se referem às margens do Rio das Velhas, por volta de 1680, bem como às regiões do Arraial do Carmo (atual Mariana) e Vila Rica (atual Ouro Preto), no final do mesmo século (GONÇALVES et al., 2020).

À mesma época, Antônio Dias de Oliveira, bandeirante natural de Taubaté, notabilizou-se por explorar o interior de Minas Gerais, sobretudo o vale dos rios Doce e Piracicaba, em busca de riquezas minerais. A bandeira de Antônio Dias é reconhecida como precursora, e o dia 24 de junho de 1698, considerado a data fundadora dos primeiros arraiais dos morros e vales que viriam a compor Vila Rica.

Em pouco tempo as montanhas da região se povoaram de levas de aventureiros e lavras de todas as partes da Colônia e do reino. Vários arraiais mineradores salpicaram os morros e as margens dos ribeiros. A desorganização fazia parte da paisagem, um emaranhado de gentes, casebres e lavras (BOHRER, 2011, p. 20).

O sacerdote jesuíta João Antônio Andreoni, o Antonil, descreve o lugar “como um imenso acampamento que medonhamente comportava cerca de 30.000 pessoas” (BOHRER, 2011, p. 20). O termo *arraial*, ele tanto podia designar acampamentos precários como zonas mineradoras consolidadas, conforme destacou Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX:

Deve-se notar que na província de Santa Catarina não se usa o termo arraial para designar seus povoados, como em Minas, e sim o termo freguesia, paróquia. A palavra arraial, no sentido estrito, significa um lugar de acampamento e, de fato, os primeiros mineradores só faziam acampar; porém, a grande quantidade de ouro que encontraram em certas regiões fez com que eles ali se fixassem, e a palavra arraial foi assim, pouco a pouco, perdendo sua significação primitiva. Nada de semelhante ocorreu em Santa Catarina, onde não havia minas a explorar (SAINT-HILAIRE apud FONSECA, 2011, p. 64).

Na colônia, a elevação de arraial a vila se dava quando as localidades adquiriam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuírem uma câmara, com seu direito de jurisdição e rendas próprias. Um dos rituais obrigatórios, nesse caso, era a construção do pelourinho, de madeira simples ou esculpido em pedra. Postado diante da Câmara, era o principal emblema da

vila e demonstrava o poder da justiça pelos oficiais da municipalidade. Era onde os escravos recebiam os castigos em forma de açoite (FERNANDES, 2006).

Em 1711, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho erigiu as primeiras vilas e, em 8 de julho daquele mesmo ano, foi criada a Vila Rica de Albuquerque e constituída a primeira Câmara Municipal eleita nos moldes do reino português (LIMA JÚNIOR, 1957, p. 35-36 apud BOHRER, 2011, p. 21-22). Relatos históricos do *Códice Costa Matoso* nos dão testemunho não só da descoberta das minas, mas também do surgimento dos primeiros núcleos urbanos na região:

[...] contudo, não se escusavam do convite que lhes faziam as minas de novo descobertas no mesmo sertão dos Cataguases, nome que nos primeiros anos tiveram, chamadas Minas Gerais pela extensão das que depois lhes foram descobrindo, a que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio do seu descobrimento (CÓDICE..., 1999, p. 277 apud FONSECA, 2011, p. 67).

E fizeram arraiais onde achavam melhores conveniências, que alguns hoje são vilas, como seja esta Vila Rica, a cidade de Mariana [...].

A este espaçoso e dilatado continente [...] quis a Divina Providência, além das preciosidades que produz, enriquecer não só com minas de topázios, diamantes e pedras preciosas, mas de ouro, que por espaço de quinhentas léguas, quase em quadro, se está extraindo em muitas partes, cuja insaciável fome de todos os mortais obrigou e obriga tanta gente, que se compõe hoje este vasto país e província de Minas de muitos lugares, vilas e da cidade de Mariana, com governo eclesiástico, e assim também de militar e político e se divide em [...] várias comarcas com ouvidoria e câmaras [...] (CÓDICE..., 1999, p. 197 e 276 apud FONSECA, 2011, p. 48).

Ouro Preto tem um traçado irregular, e suas calçadas são em grande parte pavimentadas por pedras do tipo pé de moleque. Seu traçado urbano colonial (caminho tronco) permanece intacto, bem como com os exemplares da arquitetura, a exemplo da antiga Casa de Câmara e Cadeia (1784), datada das últimas décadas dos setecentos e que atualmente abriga o Museu da Inconfidência, e o antigo Palácio dos Governadores, de meados do século XVIII, onde atualmente abriga o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas. Também há o casario com telhas de barro e esquadrias coloridas, e o cenário de suas ladeiras de pedras. Seu acervo inclui grandiosos monumentos tombados.

As igrejas possuem interior ricamente trabalhado por vários mestres, dentre eles Manuel da Costa Ataíde, Manuel Francisco Lisboa (pai de Aleijadinho) e Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), dentre outros. Dos exemplares religiosos, vale ressaltar a Igreja de São Francisco de Assis considerada uma obra-prima do mestre Aleijadinho, destacam-se também, as igrejas de Nossa Senhora do Pilar, da Conceição – onde está enterrado Mestre Aleijadinho,

a igreja do Carmo e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Citam-se ainda os Passos e outros marcos de importância que compõem o acervo, grande parte deles tombada isoladamente de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2014). Há ainda as igrejas de Nossa Senhora das Mercês de Misericórdia e de Perdões, a de São Francisco de Paula e a de São José. Entre os vários sobrados, destacam-se os das ruas Direita (oficialmente, Conde de Bobadela) e São José, com casas comerciais no térreo, balcões e sacadas.

Desde os primórdios, a história de Ouro Preto esteve ligada à atividade mineradora. Em 1938, a cidade foi tombada como Monumento Nacional pelo então SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) e já tinha sido considerada monumento nacional em 1933, graças à preservação dos bens edificados do período setecentista ao longo dos anos: o casario colonial, as igrejas, o traçado viário. Além deste acervo, as festas religiosas, como a Divino Espírito Santo, Bom Jesus de Matosinhos, Festa de Santa Cruz, Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, na sede e distritos, atraindo turistas de várias partes do país e do exterior, segundo Lorene e Luiz Ferreira (2009).

As políticas de preservação conseguiram conter a verticalização, o que descaracterizaria o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado.

A partir de 1950 o município de Ouro Preto - MG, que até então vivia uma fase de declínio em função do esgotamento do ouro e a transferência da capital para Belo Horizonte, iniciou a recuperação econômica impulsionado pela industrialização, incentivando o retorno populacional ao município. A cidade, centro político, econômico e educacional, evoluiu sobre condições físicas de relevo muito especiais, vales encaixados, encostas íngremes e rochas bastante alteradas. A ocupação sem planejamento resultou na inobservância dos métodos técnicos de construção e de utilização adequada do meio físico. O número e locais para a construção são reduzidos acarretando em problemas típicos como ocupação irregular de terrenos e em áreas de risco (OLIVEIRA; SOBREIRA, 2015, p. 867).

Entretanto percebe-se, ao longo do século XX, uma acelerada e desordenada expansão urbana, com loteamentos e ocupações informais voltados para suprir a demanda por moradia advinda da chegada de companhias mineradoras e siderúrgicas a partir da década de 1940 e, mais evidentemente, na década de 1970, perdurando até os dias atuais, haja vista o fortalecimento ainda maior da atividade mineradora.

## 1.1 PIONEIRISMO NO SÉCULO XVIII: RESPLANDECE O OURO

Durante a primeira metade dos setecentos, Vila Rica experimentou uma efervescência marcada pela construção dos seus mais importantes marcos religiosos, assim como da maioria das suas residências e sobrados. De 1707 a 1709, ocorreu a Guerra dos Emboabas, entre bandeirantes paulistas e um grupo de portugueses e migrantes de todas as partes do Brasil. O conflito se deu próximo ao local onde está situado o distrito de Cachoeira do Campo. Seu principal motivo era a disputa pela livre exploração das jazidas de ouro descobertas no estado de Minas Gerais. A derrota dos paulistas consolida a Capitania de Minas Gerais e, em 1720, Vila Rica tornou-se a sua capital. Acredita-se que, dentro do contexto histórico daquele tempo, um fato determinante para que a próspera cidade se tornasse a capital de Minas Gerais foi a ocorrência do conflito citado, além da abundância de ouro para exploração (CASTRO, 1999).

Em 1823, Minas Gerais se torna província após a independência do Brasil, e Vila Rica recebe de Dom Pedro I o título de Imperial Cidade de Ouro Preto (HISTÓRIA..., 2014).

No final do século XVIII, quando houve o declínio do ouro, a cidade, assim como outras vilas e arraiais vinculados à atividade de extração do ouro, entram em fase de estagnação econômica, o que acarreta uma diminuição da população e, por conseguinte, do núcleo urbano consolidado. Segundo o viajante Auguste de Saint-Hilaire (apud FONSECA; VENANCIO, 2014, p. 156-157).

Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Vila Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil, e essa vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento. [...] A presença do governador e dos principais oficiais do regimento, dos tribunais e principais órgãos da administração da província entretêm em Vila Rica um comércio de importação considerável, e lá se veem lojas bastante sortidas.

Após o declínio do ciclo do ouro, no início do século XIX, Ouro Preto passa por uma longa fase de decadência que se encerra no começo da década de 1970, com a exploração de minério de ferro no município por empresas como a Sociedade Anônima Mineradora Trindade (SAMITRI) e a Samarco Mineração S.A., sem falar na chegada da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 1980. Esse período marca o início de um processo de crescimento

urbano que ainda hoje pode ser observado, pois deixa marcas positivas, mas também negativas (SIMONETTI, 1979).

O rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015, de propriedade da Samarco Mineração S.A., dizimou o distrito de Bento Rodrigues, onde, além das vidas perdidas, causou danos irreparáveis à natureza e à economia. Desde então, Ouro Preto e cidades vizinhas amargam um dos piores momentos socioeconômicos por sua dependência quase exclusiva da mineração (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

Em face da solidez de seu legado histórico cultural e minerador, Ouro Preto poderá sobreviver a mais uma crise oriunda da mineração que, aliás, não é a primeira que acontece e o turismo pode ser uma via alternativa. O pioneirismo no século XVIII e as riquezas minerais presentes até os dias atuais lhe garantem aportes nessas grandes crises. Um desses aportes é a Mina da Passagem, situada no distrito de Passagem de Mariana (pertencente à cidade homônima), conhecida como a maior mina de ouro aberta à visitação do mundo, destacando-se no turismo cultural, ecológico e de aventura. Vale ressaltar que, embora o território de localização dessa mina pertença ao município de Mariana, o grande número de visitantes que ela recebe, são de turistas que se encontram em Ouro Preto (COELHO, 2022).

Ainda que a atividade turística não seja prioritária na cidade, ela pode ser uma saída neste momento de crise da mineração, contando com o legado histórico-cultural, arquitetônico e religioso local e com o fato de seus distritos serem reconhecidos pela arte, artesanato e culinária, o que viabilizaria, dessa forma, o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

O rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, pouco mais de três anos depois, em janeiro de 2019, corrobora o sentido de vulnerabilidade do setor, pois, nesse momento, Ouro Preto e cidades vizinhas ainda não conseguiram reverter o quadro de prejuízo que se instalou. Diante disso, faz-se necessário priorizar investimentos na atividade turística, sede e distritos.

## 1.2 TURISMO × MINERAÇÃO: PATRIMÔNIOS NACIONAIS E AS POLÍTICAS

Propõe-se, neste subitem, uma pesquisa sobre a política de educação patrimonial frente aos patrimônios histórico e da mineração. Ao longo desta tarefa investigativa, é nítida a interligação da atividade mineradora com as origens de cada cidade da região, tal como aconteceu em Ouro Preto. Nascida no arcabouço dessa atividade, da época das aluviões até o ano de 2015, a cidade tem na mineração a sua principal fonte de recursos, hoje provenientes da

extração do minério de ferro que ocorre em abundância nas serras que a circundam. São aproximadamente 400 anos de exploração mineral.

A atividade mineradora, durante muito tempo, foi responsável pelo pleno emprego, gerando uma renda per capita bastante satisfatória e proporcionando, conseqüentemente, a satisfação dos habitantes locais – incluindo gestores – com seu modo de vida, sem que fosse levada em conta a finitude dessas jazidas como já alertava um dos ex-presidentes do Brasil: “Minério não dá duas safras” (ROYALTIES..., 2013; PESTANA, 2015).

Contudo, vale lembrar que a atividade mineradora proporcionou um legado histórico, cultural e arquitetônico a essas cidades. Por um lado, a questão humanitária deixa a desejar, a exemplo da exploração de mão de obra escrava. Conforme nos relata o historiador Boris Fausto (2013, p. 89),

Na base da sociedade estavam os escravos. O trabalho mais duro era da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas. Doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidentes foram comuns. Há estimativas de que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos. Seguidas importações atenderam às necessidades da economia mineira, inclusive no sentido de substituir a mão de obra inutilizada.

Por outro lado, o processo foi diferente com os monumentos, a história e a cultura. Na contramão da produção, da história da luta de classes, das sedições e do rigor do poder real sobre a colônia, os monumentos iam sendo construídos à medida que vidas humanas, espécies animais e vegetais, bem como as riquezas minerais, eram escasseadas devido à sua exploração descuidada e desenfreada. Salvo algumas intervenções, esses patrimônios edificadas permanecem preservados e devem ser explorados. Com base na educação patrimonial, buscase partilhar esse legado através da exploração da atividade turística, utilizando-se dos benefícios formados pela tríade *social-econômico-ambiental*, de modo a não repetir os erros do passado e da contemporaneidade.

Vários autores buscaram definir patrimônio em conceitos cada vez mais abrangentes, como Costa (2012, p. 1, grifo do autor):

O termo patrimônio origina-se da palavra *pater*, que significa pai e tem origem no latim. E, em relação à preservação do patrimônio histórico, este teve seu início com as atividades sistemáticas do século XIX, após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Inicialmente surgiu para restaurar os monumentos e edifícios históricos, que tinham sido destruídos com as eventuais guerras.

De acordo com Meirelles (2011, p. 621),



o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens, móveis e imóveis, existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história pátria, ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou ambiental.

Assim, são considerados bens que mantêm viva a cultura de um povo, sendo parte do patrimônio cultural do país. Dentro dessa perspectiva, subdividem-se em categorias presentes no conceito amplo de patrimônio, sendo estas as principais:

a) *natural* – representado pelas “riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas” (BARRETO, 2000, p. 9);

b) *cultural* – formado pelos elementos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) que o compõem.

Dias (2006, p. 68) nos fornece como exemplos de patrimônio material

construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais, entre outros objetos.

E como exemplos de patrimônio imaterial, temos os “conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, a música, as danças, o teatro, os costumes, as festas, as crenças, o conhecimento, os ofícios e técnicas antigas, a medicina tradicional, a herança histórica, entre outros” (DIAS, 2006, p. 68).

Nesse contexto, observa-se que as características do patrimônio são fundamentais na adaptação do ser humano à forma de organização da vida social, política e cultural e ao seu meio ambiente.

De acordo com Funari e Pelegrini (2006), discutir patrimônio é uma tarefa desafiadora, porém necessária, para a compreensão mais ampla do tema e de suas contribuições para o entendimento do ser humano enquanto sujeito no mundo.

Por sua vez, Sirvinskas (2018, p. 743) sintetiza: “Patrimônio Cultural é formado por uma gama diversificada de produtos e subprodutos provenientes da sociedade. Esse patrimônio deve ser protegido em razão do seu valor cultural, pois constitui a memória de um país e não se trata de interesse particular”.

Em nível mundial, a Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (UNESCO) é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. No Brasil, o principal órgão regulador é o Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), consequência do Decreto-Lei de 1937, que estabelece como patrimônio

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, n.p).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, rompe com o conceito que contemplava apenas os bens resultantes das elites sociais e propõe mudanças, informando que diferentes bens poderão ser passíveis de proteção, independentemente de terem sido criados ou não através da intervenção humana, a saber:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; VI - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, n.p).

Fiorillo (2017, p. 407) reforça: “Para que um bem seja considerado Patrimônio Histórico, é necessária a existência de nexos vinculantes como a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores”.

Nesse contexto, devemos considerar a mineração um patrimônio como os demais já definidos, haja vista a relação intrínseca da sociedade brasileira com essa atividade. Como tal, ela requer medidas de proteção visando à sua sustentabilidade, pois funciona como um dos principais vetores econômicos do país e de preservação ambiental, embora essa atividade provoque danos irreparáveis à natureza, sendo necessárias elaborações de leis específicas para o início e o fim das explorações (abertura e fechamento de minas).

Vale salientar alguns marcos importantes que o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), base legal de sustentação da mineração brasileira, consolidou na primeira metade do século XX: definição do bem mineral como propriedade da Nação em 1930 e criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 1934. Na década de 1960, a CVRD (hoje VALE) torna-se uma das maiores empresas do mundo em fornecimento de minério de ferro, o que leva à criação do Ministério da Indústria Mineral Brasileira – Minas e Energia (ESPAÇO..., 2021).

O Código da Mineração de 1967 não considera o legado de degradação deixado pelas mineradoras. Somente a promulgação da Constituição Federal de 1988 vai apontar a atividade como agressiva ao meio ambiente, trazendo uma nova visão institucional sobre a mineração no artigo 225, parágrafo 2.º, capítulo VI, que atribuiu às empresas mineradoras a responsabilidade pela recuperação do meio ambiente degradado a fim de garantir o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988, n.p).

No século XXI, a supremacia da atividade mineradora ainda se faz sentir sem, contudo, que se evitem os percalços de uma atividade muito regulada (porém pouco fiscalizada), ao passo que novas leis são criadas. Em dezembro de 2017, é sancionada a Lei n.º 13.575, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), extinguindo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM):

Art. 2.º – A ANM, no exercício de suas competências, observará e implementará as orientações e diretrizes fixadas no Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), em legislação correlata e nas políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia, e terá como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País (BRASIL, 2017, n.p).

Apenas seis meses depois, em 12 de junho de 2018, surgem novas regulamentações através do Decreto n.º 9.406, que tem como inovação dar obrigatoriedade ao minerador na recuperação das áreas degradadas, caracterizar as jazidas como finitas e possuidoras de valor econômico, e evidenciar a competência da União na organização e administração dos recursos minerais, da indústria de produção e distribuição, do comércio e do consumo de produtos minerais, bem como na formulação de políticas públicas para a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o uso dos recursos minerais (BRASIL, 2018).

Um dos principais focos deste estudo é a discussão da destinação e utilização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que também foi prevista na Constituição de 1988 – Leis n.º 7.990/1990 e 8.001/1990 e Decreto n.º 01/1991 – e que, a partir de então, passou a ser exigida das empresas mineradoras em atividade no país, assim definida e justificada:

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências (BRASIL, 1989, n.p).

Os recursos recolhidos da CFEM são distribuídos aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração da União, sempre relacionados ao local onde é realizada a exploração do minério. Esses recursos podem ser aplicados em projetos que se revertam em benefícios da comunidade local, tanto na melhoria da infraestrutura como na melhoria da qualidade ambiental, da saúde ou da educação.

Esta definição foi alterada no Decreto n.º 9.406, de 12 de junho de 2018, incluindo localidades vizinhas nos municípios mineradores em face dos impactos oferecidos e a divisão de novos percentuais a serem pagos:

Os municípios não produtores, mas que são impactados pelo transporte, embarque e presença de instalações industriais em seu território, receberão 15% da CFEM. O percentual foi obtido a partir da redução nos valores que serão pagos aos outros entes federativos. Os municípios recebiam 65% e passarão a ter 60%; para os estados, a alteração é de 23% para 15%; para a União, a mudança é de 12% para 10% (BRASIL, 2018 n.p).

Em 2017, o setor mineral pagou cerca de R\$ 1,8 bilhão com a CFEM. Esses dados são disponibilizados pela Associação de Municípios, em cujo site também é dito que, “com o decreto, os municípios não produtores, mas que são impactados pelo transporte, embarque e presença de instalações industriais em seu território, receberão 15% da CFEM” (PARA IBRAM..., 2018, n.p).

No que se refere às políticas para o turismo, a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, trouxe um alento à organização e ao planejamento do setor, reforçando a imagem do Brasil e suas qualificações como destino indutor, o que se explicita na sua tropicalidade, na sua cultura e nas suas tradições. Isso viabilizou a elaboração de políticas públicas como o Plano Nacional do Turismo (PNT), o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), de modo a descentralizar a gestão e conceder autonomia aos Estados e Municípios, estimulando a inserção e participação de outros segmentos como sindicatos, sociedade civil organizada e Organizações Não Governamentais - ONGs - para que ajustassem as suas necessidades às suas demandas turísticas, haja vista as peculiaridades de cada região.

Dessa forma, cada localidade faz seu levantamento de potencialidade e prioridade e, a partir dele, estabelece metas e objetivos alinhados ao PNT para a elaboração de políticas públicas, o que se revela de fundamental importância para a decisão do futuro do setor turístico do nosso país (CRUZ, 2000, p. 33). Isso funciona como vetor de direcionamento do processo

de planejamento, sendo um instrumento e resposta do poder público aos efeitos negativos do desenvolvimento.

A principal e mais importante lei do turismo no Brasil é o Plano Nacional do Turismo, ao qual todas as outras derivadas deverão estar alinhadas. Trata-se da Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: Art. 1.º – Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos; Art. 2.º – Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Parágrafo único – As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade; Art. 3.º – Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. Parágrafo único – O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (BRASIL, 2008, n.p).

Nesse contexto, as duas atividades, turística e minerária, encontram-se ancoradas e bem fundamentadas nas legislações vigentes. Assim sendo, buscamos suporte nessas legislações a fim de legitimar ações para o turismo na cidade de Ouro Preto provenientes desse recurso existente e regulamentado. A destinação correta da CFEM pode ser o aporte necessário para o desenvolvimento turístico das localidades, não se limitando apenas ao turismo histórico-cultural e arquitetônico, pois desses segmentos as empresas já se utilizam como parte das obrigações no âmbito de responsabilidade social.

O ecoturismo seria uma opção muito interessante, pois agregaria para além da questão econômica. Esse segmento envolveria a questão da sustentabilidade territorial, obrigatoriedade das companhias mineradoras conforme o Decreto n.º 9.406/2018. Para isso, serão necessários, além dos recursos financeiros e vontade política, uma infraestrutura profissional com embasamento teórico-científico capaz de sensibilizar, conscientizar e despertar o sentimento de pertença na população de uma localidade que é tão histórica quanto mineradora.

Por razões de sobrevivência, esse sentimento hoje é predominantemente vinculado à mineração. No entanto, as ocorrências desastrosas de 2015 e 2019 tiveram consequências gravíssimas em todos os níveis: socioeconômico, ambiental e, sobretudo, humanitário. Portanto, o momento torna-se ideal para reflexões. A atividade mineradora e o turismo podem ser, antes de tudo, parceiros nessa nova concepção empreendedora que se busca.

Contudo, há controvérsias quanto à eficácia das políticas do turismo, a começar pela vulnerabilidade da pasta. Mariana Aldrigui (apud STEINBERG, 2017, n.p), no artigo *Turismo à margem da política – o caso do Brasil*, munida de dados estatísticos, afirma que “em menos de 15 anos a pasta já recebeu treze titulares”, com o agravante de que “eram políticos sem qualquer familiaridade com o tema, e que pouco realizaram pelo segmento. O pior é que isto ocorreu em um período em que o Brasil sediou a Copa do Mundo e as Olimpíadas, os dois maiores eventos esportivos do planeta”. E complementa, levantando uma hipótese que possa justificar a ineficácia da gestão: “o governo brasileiro demonstra compreender parcialmente o significado real do turismo na economia, e não se vale da atividade como uma das estratégias de desenvolvimento”. Para ela, falta uma política capaz de incorporar as características da atividade à gestão pública.

Professora e pesquisadora pela Universidade de São Paulo (USP), ela é uma das principais (e poucas) autoridades brasileiras no assunto. Seu trabalho ganhou um capítulo no livro *Tourism and Political Change* (em português: Turismo e mudança política), publicado na Inglaterra e coordenado pelo professor emérito Richard Butler (STEINBERG, 2017).

### 1.3 TURISMO E ASPECTOS SOCIAIS: DIMENSÕES E INTERFACES

Dentre as interfaces do turismo, a sociologia surge como uma ciência de grande importância nos estudos acadêmicos. Sua contribuição no entendimento das dinâmicas envolvidas nas atividades turísticas ajuda a explicar e, conseqüentemente, aprimorar um campo de conhecimento ainda tão recente como o turismo. Elucidando as dinâmicas sociais focalizadas no presente trabalho, cabe primeiramente expor um dos conceitos de sociologia, de forma simplificada, como sendo uma ciência que “tem uma base teórico-metodológica que serve para estudar os fenômenos sociais, tentando explicá-los, analisando os homens em suas relações de interdependência. Compreender as diferentes sociedades e culturas é um dos objetivos da sociologia” (DEMERTECO, 2006, p. 6).

A sociologia, que vem contribuindo com seus estudos sobre os fenômenos sociais, acaba por ser um alicerce para pesquisas de impactos turísticos e movimentos humanos, já que

“o conhecimento científico tem como objetivo conhecer fenômenos concretos, e não apenas construir generalidades abstratas, sem vida em si mesmas” (SIQUEIRA, 2005, p. 87). No presente trabalho, a sociedade é um importante alvo de discussão, sendo que um dos maiores impactos pelo turismo na cidade de Ouro Preto atinge diretamente a sociedade e a cultura local.

O turismo encontra-se atualmente sob novas óticas de discussões entre acadêmicos, empresários, sociedade etc. Não cabe falar sobre atividades turísticas sem antes esclarecer algumas considerações e visões sobre elas. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2017) proclamou 2017 como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento, como forma de reconhecimento sobre a importância do turismo para a economia. Uma atividade que, dentre outros conceitos, tenta alcançar a ideia de um turismo responsável, conciliador, gerador de divisas nas localidades em que é realizado. Este, pode vir a ser mais uma modalidade de turismo que se almeja alcançar na cidade de Ouro Preto, foco deste trabalho, não descartando a possibilidade, em um futuro próximo, de inclusão das outras cidades que integram a Região dos Inconfidentes:

A designação de uma “microrregião dos Inconfidentes-MG” refere-se a uma localização histórica, mais do que a uma divisão geopolítica de Minas Gerais. No mapa político do IBGE, ela é designada como a microrregião de Ouro Preto pertencente à mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Essa região compreende os municípios de Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Acaiaca e Diogo de Vasconcelos (SANTOS; OLIVERI, 2014, p. 5).

A multidisciplinaridade do turismo auxilia na montagem de perspectivas sobre o uso atual e futuro da atividade turística, originando reflexões e parâmetros. Toda a atmosfera turística envolvendo transportes, relacionamentos humanos, serviços, atração e mercados, necessita de diretrizes adequadas. Os estudos integrados das diversas ciências elucidam essas diretrizes. Muito se tem falado em impactos de ordens diversas: econômicos, sociais e culturais. Com isso, a importância dessas discussões, dos estudos, e as articulações das diversas áreas do conhecimento associadas ao turismo, fazem-se presentes no planejamento de qualquer localidade onde a atividade turística começa a ser implementada, já que esse processo tenta minimizar impactos indesejáveis.

Inicialmente, um projeto turístico bem elaborado segue algumas normas e metodologias hoje presentes em literaturas de entidades como a Organização Mundial de Turismo (OMT) (2001). Fazendo uma análise sobre esses projetos, notamos que um estudo detalhado sobre as localidades e o que elas são capazes de oferecer, é a base para os planejamentos turísticos. Entende-se por planejamento a “formulação sistemática de um

conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa e condiciona os meios de alcançá-los” (AMATO, 1990 apud BARRETO, 1991, p. 12).

O planejamento é construído dentro de fases específicas e sistematizações, visando ao melhor aproveitamento e a um resultado positivo após a implementação. Ações como pesquisa, observação, reflexões e decisões fazem parte de um planejamento bem realizado. No caso das mineradoras, fazem parte de seu planejamento: prospecção do terreno, pesquisas sobre o tipo e qualidade do minério, viabilidade de beneficiamento, demanda de mercado, longevidade da jazida, periculosidade e segurança. Pode tratar-se de um planejamento de ideias ou de um processo para delinear objetivos, pois é através de planejamentos que há um levantamento sobre o elemento natural, entendido pela OMT (2001) como aquele elemento do meio natural usado para satisfazer alguma necessidade humana concreta, sendo o ato de exploração o que transforma um elemento em recurso. Essa transformação do elemento em recurso é a força motriz para o turismo. Segundo a OMT (2001), os recursos são reconhecidos como geoturísticos, naturais, serviços complementares, investimentos que resultam em produto finalizado para a comercialização, distribuição e comunicação, o que caracteriza uma oferta turística.

A oferta turística na região dos Inconfidentes caracteriza-se pelo planejamento de nível regional, pois abrange outras cidades nas redondezas de cunho minerador e histórico-cultural que foram colonizadas no século XVIII em virtude da mineração. No entanto, dentre as cidades da região dos Inconfidentes, apenas Ouro Preto é o foco deste estudo, justificado pelo impacto socioeconômico e ambiental sofrido após o rompimento da barragem de Fundão, da Mineradora Samarco, em novembro de 2015, acarretando perdas irreparáveis no município, desemprego em massa e queda na arrecadação proveniente dessa atividade.

A preocupação com a falta de planejamento em destinos turísticos segundo Ruschmann (1997) provém do seu crescimento desordenado, levando à descaracterização e à perda de originalidade dessas localidades pela falta de uma visão ampla e sistêmica do fenômeno turístico.

Segundo a OMT(2001), atualmente a demanda turística está mais exigente e os consumidores estão mais informados, à procura de lugares higiênicos, com prioridade para as causas ambientais e melhores acessos etc. As mudanças das últimas décadas estão ligadas às transformações nas estruturas sociais, ao maior acesso a informações e aos valores éticos, o que resulta num turista em busca de experiências mais enriquecedoras. Ciências como a antropologia, a sociologia e a economia são bases de estudos para entender tais dinâmicas entre turistas, localidades, comunidades e experiências.



## 2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO

Dentre as várias disciplinas que tratam das atividades turísticas, encontramos na antropologia, por exemplo, a preocupação sobre os impactos destas atividades. Pearce (1982), um dos autores desta área, critica em seus principais trabalhos os impactos gerados pelos turistas em comunidades receptoras, impactos estes negativos. A princípio, o autor faz uma reflexão sobre a perenidade das relações entre turistas e anfitriões: os primeiros estão realizando lazer e os segundos, trabalhando, o que criaria naturalmente um conflito entre as relações, como por exemplo, os sentimentos paradoxais – hospitalidade *versus* hostilidade. Há também a sobreposição de culturas, isto é, a cultura receptora tende a se misturar com a cultura trazida pelo turista, vista como superior. Autores como Cohen (1972) e Nash (1981) são condescendentes com esta visão. Segundo eles, fatores como o tempo de permanência, atitudes, expectativas, número de turistas, duração da temporada, entre outros, são determinantes para os impactos culturais.

Uma das preocupações da antropologia sobre as atividades turísticas está no *efeito demonstração*, esclarecido por Peters M. Burns (2002, p. 126)

Este efeito refere-se ao processo pelo qual as sociedades tradicionais, sobretudo aquelas particularmente suscetíveis a influências externas, como os jovens, tentarão “voluntariamente” adotar certos comportamentos (e acumular bens materiais), acreditando que a sua posse levará à conquista do estilo de vida descontraído e hedonista demonstrado pelos turistas. Neste caso, os turistas agem como modelos inapropriados para um estilo de vida irreal.

Ainda segundo o mesmo autor, o risco dessa sobreposição de culturas está seriamente ligado ao complexo de inferioridade instalado em algumas comunidades, onde seus habitantes acreditam que o nível dos visitantes é tanto econômico quanto socialmente maior que o próprio. A alternativa mais viável seria o uso da cultura da própria comunidade receptora como atração turística, o que tornaria as populações mais participativas nas decisões, romperia os estereótipos negativos em relação aos turistas, diminuiria as desigualdades sociais, etc. (OMT, 2001).

Para a OMT (2001), a população modifica seu comportamento de consumo, aumentando o leque de suas necessidades e acelerando as mudanças sociais. Convém ainda citar as mudanças de infraestrutura, as mudanças tecnológicas em áreas rurais, as de transporte e comunicação, causando maior intensidade dos impactos. Por exemplo, temos o aumento dos preços dos terrenos, excluindo do mercado os compradores locais em potencial. O uso dos espaços para atender as necessidades turísticas acaba por furtar locais que poderiam ser

destinados a escolas, moradia e unidades habitacionais. O congestionamento do trânsito é um dos primeiros pontos de saturação turística perceptível nas cidades. Todas estas situações levam os moradores locais a enxergarem o turista como indesejável: o turista angaria maior proveito da cidade do que o próprio morador.

## 2.1 SOCIOLOGIA DO TURISMO: CAMPO DE ESTUDO

Não há dúvidas sobre a geração de divisas que o turismo traz. É consenso entre os especialistas e estudiosos neste âmbito, como Rabahy (2003) e Lage e Milone (2001), que a atividade turística pode “socorrer” qualquer economia e localidade. Isso faz com que as comunidades receptoras tendam à euforia quando essas atividades começam a ser realizadas; posteriormente, as rivalidades e os esgotamentos dessas comunidades levam aos conflitos sociais. A OMT (2001, p. 221) expõe esse fato ao dizer que “geralmente se reconhece que, com o respeito aos impactos socioculturais, existe um limite de tolerância à presença dos turistas por parte dos moradores e que este varia de modos espacial e temporariamente”. A extrapolação destes limites deve-se ao não estudo e reconhecimento da capacidade de carga de uma região. A capacidade de carga refere-se ao número limite de turistas que podem visitar uma determinada região sem afetar o meio ambiente ou as comunidades, segundo o manual da World Wild Foundation (2004). Porém, a “vontade desmesurada” pela geração de divisas e benefícios para as comunidades locais, impede a conscientização sobre os impactos negativos e a escravização relativa à economia.

Jost Krippendorf (2003), outro pesquisador na área de ciências humanas, alega em sua visão que o sistema econômico dos países criou bases para a sua própria destruição, colocando aos pés da economia a liberdade humana, chegando a declarar que “não é mais o trabalho que cria o produto, mas a produção que cria o trabalho. Não se trabalha mais para produzir. Produz-se para trabalhar, em nome da criação de empregos” (KRIPPENDORF, 2003, p. 30). Este ciclo vicioso tende a esgotar as comunidades que o autor nomeia como autóctones; elas se veem em meio a um dilema, querem o dinheiro trazido pelo turismo, mas não querem o turista. Desde a Revolução Industrial, as produções em massa e a possível troca de bens com o mundo todo, assim como as experiências com as viagens, impulsionaram um crescimento da economia que nas últimas décadas entraram em colapso e mascararam a qualidade de vida. Vêm então à tona os impactos negativos. Ainda segundo Krippendorf (2003, p. 18-19):

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir, também, um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm, cada vez mais a impressão que são invadidas por este desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Não percebemos que os autóctones estão cansados, talvez até mesmo enfasiados do turismo? Eles desejam libertar-se do jugo turístico, assumir seu destino, determinar pessoalmente o seu desenvolvimento, dele participando. Eles desejam poder voltar a considerar a região onde vivem como o seu próprio espaço vital, sua pátria e não ter que transforma-la em local de repouso ou quadra de esportes reservados aos outros.

Ao situar em outro contexto o comportamento do turista, Krippendorf (2003) ressalta que, em um primeiro momento, o turista busca em suas viagens a fuga de seu próprio cotidiano, buscando a liberdade em lugares onde seu comportamento pode fugir do dito “aceitável” pela sociedade em que vive. O fato de ser anônimo proporciona essas sensações de liberdade; porém, salvo raras exceções, a maioria dos turistas carrega consigo em uma espécie de “bolha” de suas atmosferas cotidianas, o mesmo cotidiano insuportável do qual querem escapar. Acabam seguindo as mesmas regras e rotinas, comendo as mesmas comidas prediletas, seguindo os mesmos horários e vivendo freneticamente a sua estadia.

Para o autor acima, esse cotidiano insuportável vem do fato de que as cidades em geral não se preocupam com os seus habitantes; na maior parte das vezes, são cidades industrializadas, urbanizadas, com mazelas sociais e, então, na mente de seus habitantes, a ideia de paraíso transfere-se para outra localidade. Desse modo, sugam ao máximo e degradam as localidades que visitam, afetando a rotina e o psicológico da população autóctone.

Em contrapartida, os próprios autóctones calam-se diante da degradação de suas localidades. As pesquisas e projetos realizados sobre a maioria das localidades são feitos por intelectuais de países emissores, das nações industrializadas. A população local sequer se manifesta ou mostra seus anseios e desejos (KRIPPENDORF, 2003). E sobre as expectativas das comunidades deslocadas em face do progresso trazido para as suas regiões, prevê-se que o deslocamento compulsório deverá provocar a ruptura dos laços sociais baseados em relações de parentesco e vizinhança, inviabilizando a reprodução social e cultural das comunidades (ZHOURI, 2005).

Mais uma vez, a dependência econômica se faz presente, notória e escravista, apesar de seus evidentes benefícios como a criação de infraestruturas, saneamento básico, educação, saúde, estradas e acessos, aumento de receita e, em alguns casos, a valorização das culturas locais e a proteção ao patrimônio edificado e ao meio ambiente. Krippendorf (2003, p. 69) sobre o assunto, coloca:

(...) os habitantes das localidades turísticas aprenderam a viver com o turismo. Eles satisfazem todos os desejos - ou quase - de seus visitantes. Mas adoram o fato desta estação e as agitações turísticas não durarem o ano todo. Eles têm necessidades destes meses que se estendem entre as épocas de alta e baixa estação para se refazerem do turismo, para estabelecer o contato com os vizinhos e amigos da aldeia e reencontrar o espírito comunitário.

Há ainda uma dificuldade maior em relação a pesquisas de impactos quando as informações são recolhidas com a população local. Essa população autóctone diverge nas próprias opiniões, por se tratar, na maior parte das vezes, de componentes de diferentes camadas sociais. Em um primeiro momento temos as pessoas que estão diretamente ligadas ao turismo, seja como empresários (indiretamente ligados) ou como mão de obra (diretamente ligados), trabalhando no setor hoteleiro, de transportes, restaurantes, agências de viagens, companhias aéreas, entre outros. Em contrapartida, há habitantes que retiram do turismo apenas parte de seus ganhos, ficando o restante a cargo de outras atividades (a principal delas, no caso específico da nossa região, é a mineração).

Quando se pensa no prejuízo da atividade turística em decorrência da mineração, deve-se ter em mente que esta impacta de forma negativa a preservação do meio ambiente, derrubando árvores, destruindo os habitats naturais, a flora e a fauna, contaminando as águas dos rios e cachoeiras, sem falar nos riscos iminentes que a própria atividade acarreta, como acidentes de grandes proporções (exemplos: rompimentos das barragens do Fundão, em Mariana, no ano de 2015, de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A., e do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no ano de 2019, de propriedade da empresa Vale S. A). Essas críticas agravam-se na medida em que essa porcentagem da população perde parte de seus recursos naturais usados para a própria subsistência, para o “progresso”, tornando-se apenas objetos a serem manejados pelas empresas mineradoras. Nesse caso, adota-se a compensação financeira calculada em função das áreas degradadas, ou seja, justifica-se a atitude compensando financeiramente os municípios impactados.

Por fim, há um agravamento dessa situação quando o país é subdesenvolvido, pois a população local não dispõe de recursos nem tampouco de informações para fazer frente às políticas econômicas. Geralmente, ela nem sequer tem acesso aos documentos que viabilizam as atividades mineradoras, mesmo se tiverem, irão se deparar, neste tipo de documento, com uma linguagem tão específica que, devido à sua condição de não especialistas no assunto, terão a sua leitura inviabilizada:

O conhecimento prévio e aprofundado, por meio do pleno acesso às informações para fazer frente e aos documentos relativos ao empreendimento,

seria um dos pressupostos de transparências e de participação das comunidades atingidas nas tomadas de decisões. (LEMOS, 1999 apud. ZHOURI, 2005, p. 101).

Os conflitos sociais gerados por áreas devastadas e populações que são via de regra remanejadas, vão além dos estudos realizados por especialistas de áreas como a ambiental. Neste caso, desconsideram os conflitos gerados e as perdas como o patrimônio social das áreas atingidas, em função de política compensatória, sem relevar os valores patrimoniais que foram perdidos.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO EM OURO PRETO

O turismo enquanto fonte de divisas traz benefícios em níveis sociais, políticos e econômicos, podendo ser uma das principais fontes geradoras de emprego e renda para um país. De acordo com o portal Panrotas, em que foi publicado um texto esclarecedor de Rodrigo Vieira (2019), a contribuição do turismo para PIB brasileiro em 2018 foi de 8,1%, representando um valor de US\$ 152,5 bilhões e gerando 6,9 milhões de empregos, o que vem a ser 7,5% do total de empregos gerados no Brasil durante o período. Os gastos dos estrangeiros foram de aproximadamente US\$ 6,2 bilhões, 12,8% a mais que em 2017; as viagens de lazer representaram 88% e as de negócios, 12% (um crescimento de 3,1%, uma das taxas mais representativas da América Latina e o dobro da economia brasileira).

Dessa forma, entende-se o turismo como uma força expressiva no cenário econômico nacional e um fenômeno cada vez mais relevante nas localidades potenciais para o seu desenvolvimento. Assim como outras ferramentas que geram emprego, renda e riquezas para o país, o turismo requer atenção das iniciativas públicas e privadas, que servem de base para a elaboração de políticas concretas.

As políticas públicas têm um viés interdisciplinar; devem-se considerar, além da ciência política propriamente dita, outras áreas do conhecimento como a economia, a administração pública e as ciências sociais aplicadas, para que, em benefício da sociedade, elas sejam discutidas na sua elaboração e implementação. Entende-se que essas políticas devem priorizar o bem-estar da população, estabelecendo diretrizes através de planejamento estratégico e identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos. Para tanto, é preciso que haja a participação dos diversos atores envolvidos com a atividade turística, de forma a contribuir com o desenvolvimento da atividade nas localidades, conforme nos diz Castro (2004).

Portanto, partimos do princípio de que a existência de políticas públicas é fator primordial para que essas atividades possam se desenvolver de maneira adequada, norteando a sua expansão, como afirmam Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 121):

A política pública de turismo deve ser usada para provocar um desenvolvimento turístico baseado em ações programadas do setor. Os países que desejam incrementar e desenvolver o turismo interno, bem como competir no concorrido mercado internacional, devem ter uma política pública clara que, acima de tudo, estabeleça as diretrizes, as estratégias, os objetivos e as ações básicas para o setor.

Na última década, o Brasil sediou megaeventos esportivos que, segundo Hall (2006, p. 59), “se apresentam por sua grandiosidade em termos de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã”.

Esse impacto é o que importa para cada país ou cidade: são os chamados “legados”, que não são necessariamente legados esportivos. Elucidemos o nosso argumento sobre essa denominação:

As cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem a refletir a natureza relativamente dinâmica de suas economias regionais e nacionais (Seul e Beijing) ou a relativa falta de dinamismo de suas economias (Barcelona, Atlanta, Sidney, Atenas e Londres). Este último grupo, composto na maioria por cidades ‘ocidentais’, que utilizaram a candidatura como uma tentativa de ‘catalisar’ a regeneração local através da expansão de serviços com base em indústrias voltadas ao consumo [...], tem confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais, uma tendência que se reflete particularmente no contexto do Reino Unido: uma reabilitação do conceito de estado intervencionista, evidenciando a relativa dependência de diversos segmentos do setor empresarial em grandes projetos conduzidos pelo Estado. Finalmente, a crescente importância atribuída a legados não esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de reengenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana (POYNTER, 2008 apud PRONI, 2009, p.56).

Baseados nesse contexto, em que inúmeras localidades se utilizaram de meios variados para atender às suas necessidades e se reestruturarem em diversos âmbitos, vimos o caso de Minas Gerais, mais especificamente da região dos Inconfidentes, área mineradora por excelência, que desde 2015 vivencia a sua pior crise. De acordo com informações do jornal *O Estado de São Paulo*, publicadas na revista *Época Negócios* em 09 de dezembro de 2015, o preço da tonelada do minério de ferro vem caindo no mercado internacional desde o início de

2011, atingindo seu menor índice desde 2009. Não bastasse isso, hoje se somam os graves acidentes ocorridos: rompimentos da barragem do Fundão em Mariana no ano de 2015 e da barragem do Córrego do Feijão em 2019 na cidade de Brumadinho, ambas de propriedade das principais empresas mineradoras do país que operam nessa região, tendo como consequências a paralisação temporária de suas operações, o desemprego e a queda nas arrecadações estaduais e municipais. Algumas dessas empresas estão sediadas dentro de municípios reconhecidos como polos turísticos e até mesmo como destinos indutores caso de Ouro Preto, bem como de outras localidades que apresentam grande potencial turístico, tanto no âmbito histórico-cultural quanto de caráter paisagístico ou ambiental. Logo, o apelo turístico é enorme nessa região, mas, ao longo dos anos, essa atividade esteve obstruída pelo impacto econômico da mineração.

Percebe-se que, não obstante esses municípios serem reconhecidos pelas suas potencialidades mineradoras e turísticas, há desigualdades na forma de apoiá-las e executá-las. Para além dos privilégios setorializados, deve ser considerada sobretudo a questão da sustentabilidade no turismo, visto que é operada apenas superficialmente e no discurso de técnicos poucos relacionados com a verdadeira problemática envolvendo conflitos socioculturais (ZHOURI, 2005). De modo inclusivo, é a visão crítica de Sachs (2002, p. 55), onde se conclui que “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado, pois estas são demais míopes para considerar questões que não sejam ‘lucros’”.

O perfil econômico liberal da atualidade pressupõe um mercado que se autorregula com o crescimento econômico, livre da concorrência e prosperidade, findando no uso racional dos recursos naturais e no aprimoramento tecnológico. O que não está acontecendo em nossa sociedade é esse uso racional dos recursos naturais; de alguma maneira, o sistema se perdeu em meio à rápida e crescente evolução. Ademais, entende-se o turismo como um fenômeno que surge no próprio sistema econômico exercido na maioria dos países da atualidade, partindo da reflexão sociológica:

O turismo, tal como concebido na atualidade, tem sua origem na própria concepção capitalista da vida. A vida tem de se resignar com o império da geração de lucro, ainda que, simultaneamente, vivenciamos a opressão da necessidade de geração de emprego e equivalentes (SIQUEIRA, 2005, p. 63).

Entende-se, então, que o estudo da sociedade como um todo nos leva a reflexões acerca do nosso sistema capitalista e aos impactos trazidos também pela atividade turística. Partindo dessa premissa, será que devemos excluir a análise econômica do turismo? A análise econômica

se sobrepõe ao aspecto social do turismo? A fim de contribuir para o debate de ideias, partimos para a reflexão sobre o ponto de vista econômico.

### 2.3 TURISMO E ASPECTOS ECONÔMICOS

Normalmente, quando se faz referência ao termo *turismo*, vê-se que ele se relaciona também com uma atividade geradora de grandes divisas, especialmente para os países em desenvolvimento, onde a dinâmica turística muitas vezes projeta o país no cenário internacional. Para exemplificar, citamos o caso da República Dominicana. De acordo com FRANCISCO (2023 n.p), “A República Dominicana tem no turismo a principal atividade econômica. Com belas praias, o país atrai milhares de visitantes, sobretudo dos Estados Unidos, Canadá e países da América Latina. Outra importante fonte de captação de recursos financeiros é a exportação de cana-de-açúcar e de ferro-níquel”. Neste contexto, alguns países tem no turismo, o grande responsável pelo relativo sucesso de suas economias e pela sobrevivência de seus moradores. No Brasil não é diferente:

No atual estágio de crescimento do país, alguns fatores fundamentais propiciam o turismo uma oportunidade estratégica no processo de desenvolvimento nacional. A riqueza e a diversidade de atrativos, a consolidação dos investimentos em infraestrutura turística, o amadurecimento dos agentes e empresários do setor e as atuais condições políticas e econômicas no Brasil e no mundo são alguns dos fatores fundamentais que propiciam o turismo essa oportunidade estratégica no desenvolvimento do país (RABAHY, 2003, p. 135).

A rede de conexões turísticas que liga bares, hotéis, restaurantes, transportes, bancos, comércio e outros mais, é vista como uma salvaguarda para lugares onde outras atividades como agricultura, indústria etc. não conseguem alavancar a economia. Desse modo, surgem as atividades turísticas, que geram empregos diretos e indiretos. A importância do turismo só se faz presente na economia de um país, segundo Rabahy (2003), se suas condições naturais (atrativos turísticos, infraestrutura, emissor/receptor, grau de desenvolvimento etc.) estiverem atreladas à estratégia de desenvolvimento econômico.

Antes da ocorrência da pandemia do novo coronavírus, deflagrada no início do ano de 2020, o portal Panrotas, em matéria assinada por Rodrigo Vieira (2019), divulgou que em 2018 a contribuição do turismo para PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro tinha sido de 8,1%. Nos países onde o sistema capitalista é vigente, após a segunda metade do século XIX, o crescimento do turismo, principalmente do turismo de massa, levou os destinos turísticos a perceberem que



estavam diante de suas “minas de ouro”, levando-se em conta que os receptivos turísticos podem empregar e treinar pessoas com baixa qualificação, o que não demanda tantos gastos – ao contrário da capacitação profissional em outras atividades (mineração, siderurgia, construção civil, tecnologia etc.):

O crescimento do desemprego nos grandes centros urbanos e nas cidades do Nordeste do Brasil leva a uma reflexão acerca da oportunidade para o desenvolvimento do Turismo, levando-se em conta que os investimentos no turismo são significativamente mais baixos do que no setor industrial e agrícola (...) o elevado contingente que a indústria deixa de empregar anualmente se soma àqueles que perdem os postos de trabalho, em função da baixa qualificação profissional. Considerando que os investimentos para formar mão de obra no setor de turismo são significativamente mais baixos, não resta dúvida que esta é a saída para gerar empregos em vários níveis de qualificação – baixa, média e alta (COBRA, 2005 p. 32)

Alguns autores, como Fernandes (2002), notam que o turismo é uma atividade que não para de crescer. Não se esgotam os destinos, pois eles estão em constantes variações. Desse modo, os locais onde a prática do turismo é o alicerce econômico sofrem constantes mudanças, agregando muitas vezes outros segmentos turísticos. Cidades onde apenas existia o turismo de negócios passam a oferecer o ecoturismo, o turismo gastronômico e, mais recentemente, o turismo de experiências, que consiste na vivência junto aos autóctones, no conhecimento de seu modo de vida e sua cultura. Pode-se, enfim, perceber que as possibilidades são variadas.

A cidade de Ouro Preto constitui o objeto de estudo da presente pesquisa, tendo a mineração como principal fonte de recursos, com geração significativa de emprego e renda. O turismo aparece como uma segunda vocação, bem distante da organização de seu principal concorrente e com carência em diversos setores, como mão de obra qualificada, viabilidades rodoviárias e aéreas, falta de capital para investimentos tanto nos equipamentos turísticos como para eventos. No entanto, fica evidente que a atividade turística em Ouro Preto pode vir a se fortalecer, de modo a tornar a cidade um dos principais destinos turísticos do mundo, desde que alinhada a princípios de políticas públicas, como isenção fiscal e estímulo para atração de novos empreendimentos turísticos. Afinal, uma maior visibilidade implica naturalmente mais recursos para o local.

Pode se formar em Ouro Preto uma parceria na estrutura econômica local. Considerando a perenidade do setor minerário, é recomendável a utilização dos recursos oriundos da mineração na diversificação econômica do município, com ênfase em infraestrutura e expansão da oferta turística. Os recursos, mais especificamente a Compensação Financeira

pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), são estabelecidos pela Constituição de 1988, em seu artigo 20, § 1º:

Art. 20. [...] § 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, 1988, n.p).

A CFEM foi instituída pelas Leis n.º 7.990/1989 e 8.001/1990 e regulamentada pelo Decreto n.º 1, de 11/1/1991, os quais definiram o fator gerador e a base de cálculo dessa compensação financeira. Em 18 de dezembro de 2017, uma nova lei foi promulgada, a de n.º 13.540, em face das alterações promovidas na Medida Provisória n.º 789/2017 (devido à defasagem das normas anteriores, que não estariam correspondendo à contemporaneidade do extrativismo mineral e aos problemas decorrentes dessa atividade econômica), a qual efetuou importantes alterações em sua regulamentação.

O entendimento pelo Supremo Tribunal Federal aponta que os recursos da CFEM devem ser aplicados às áreas de saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura, tendo em vista que os recursos minerais são finitos por excelência (FREITAS, 2012). Tratando-se de recursos naturais não renováveis, a finitude desses bens públicos implica uma maior regulamentação para a sua exploração, não podendo restar à sociedade tão somente o esgotamento da reserva natural após seu uso. Portanto, **todos esses recursos devem ser utilizados a favor da sociedade**. Além do dever constitucional perante as gerações atuais e futuras, deve-se atender à diversificação do trabalho e emprego, bem como à atração de novos investimentos (FREITAS, 2012). Compete à Agência Nacional de Mineração (ANM) baixar normas e fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. A CFEM é calculada a partir do faturamento líquido, quando o produto mineral é vendido, considerando as deduções de impostos e as despesas com transporte e seguro, que incidem no momento da sua comercialização. A alíquota designada para o minério de ferro é de 3,5%.

Quanto às alíquotas da CFEM, estas variam de acordo com o recurso mineral. Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais (quando destinados ao uso imediato na construção civil), as rochas ornamentais, bem como as águas minerais e termais, têm alíquota de 1%. O ouro tem alíquota de 1,5%. Diamantes e demais substâncias minerais, por sua vez, têm alíquota de 2%, enquanto a alíquota da bauxita, do manganês, do nióbio e do sal-gema é de 3% (BRASIL, 2017).

Já os recursos arrecadados são destinados aos cofres públicos federais e, posteriormente, distribuídos aos Estados, Distrito Federal e municípios por meio de transferências intragovernamentais. A distribuição dos recursos é realizada da seguinte forma: 7% para a entidade reguladora do setor de mineração; 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); 15% para o Distrito Federal e os Estados onde ocorrer a produção; 60% para o Distrito Federal e os municípios onde ocorrer a produção; e 15% para o Distrito Federal e os municípios, quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios (BRASIL, 2017, n.p).

Considerando que o FNDCT e o IBAMA constam como beneficiários diretos da CFEM, isso reflete satisfatoriamente no setor turístico, ainda que de forma transversal, visto o meio ambiente ser um importante equipamento para o desenvolvimento do turismo rural e de aventuras, do ecoturismo e do mais recente turismo de experiências, modalidades que invariavelmente perpassam pelas comunidades agrorurais e unidades de conservação. No âmbito do FNDCT, nesta era digital, é de suma importância o desenvolvimento de *softwares* no campo de pesquisas da área de turismo para que os estudiosos, ao atentar para as demandas emergentes do setor, possam valer-se do auxílio das tecnologias da informação e comunicação e tornar os resultados de seu trabalho mais acessíveis, obtendo o conhecimento de forma rápida e precisa com vistas à tomada de decisões e ao planejamento das ações. Esses *softwares* também são necessários ao desenvolvimento das plataformas digitais de reservas e hospedagem, à informação em tempo real das programações locais dos sítios visitados, aos recursos da realidade aumentada, à otimização da promoção dos destinos através das redes sociais e à manutenção atualizada das pesquisas de demandas, reservas de mercado e indicadores, dentre outras facilidades.

Vale lembrar que a atividade minerária é relevante no provimento de parte de seu capital de recursos e em outras propostas de desenvolvimento e empreendimento dos locais onde opera. No que se refere aos segmentos turísticos e à sustentabilidade, o geoturismo pode ser o elo comum aos dois, proporcionando maior engajamento da sociedade civil na fiscalização das áreas minerárias e turísticas.

A tabela abaixo, adaptada do site da ANM, traz a informação do montante total que seria arrecadado pela CFEM em cada um dos anos de 2008 a 2021. São perceptíveis as variações e o crescimento do setor a partir de 2010, o que corrobora a informação que culminou com a

alteração da lei de criação da CFEM de 1990 em 2017. De 2018 a 2020, percebem-se também o auge precedente ao impacto da pandemia da Covid-19 e a lenta retomada lenta partir de 2021.

TABELA 1 – MONTANTE TOTAL ESTIMADOS DE ARRECADAÇÃO ANUAL PELA CFEM

Ano	Valores em R\$
2021	1.373.404.974,91
2020	6.080.696.753,38
2019	4.504.238.668,90
2018	3.036.143.592,41
2017	1.838.568.021,45
2016	1.797.879.226,75
2015	1.519.721.771,84
2014	1.711.318.234,76
2013	2.376.174.750,78
2012	1.834.958.234,73
2011	1.561.680.727,11
2010	1.083.427.367,36
2009	742.731.140,98
2008	857.819.431,62

FONTE: ANM (2021).

Convém ressaltar que o município de Ouro Preto, por sua extensa atividade minerária, está inserido na planificação da distribuição da CFEM, e, portanto, apta a contribuir destinando parte desses recursos à construção e à melhoria de infraestruturas, que serão estabelecidas através de políticas públicas, mediante pesquisas e levantamentos das demandas da diversificação econômica local.

#### 2.4 O IMPACTO DOS DESASTRES DAS BARRAGENS DE MINÉRIO DE FERRO

Em 5 de novembro de 2015, o Brasil passou pela sua maior tragédia ambiental com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, de propriedade das empresas Samarco Mineração S.A. e Vale S.A. Três anos depois, em 25 de janeiro de 2019, ocorreu uma nova tragédia: o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, da empresa Vale S.A., com terrível impacto humanitário decorrente da morte de centenas de pessoas, além de todas as questões ambientais. De acordo com o relatório do Ministério Público Federal (AÇÃO..., 2016), essa tragédia possui um impacto socioambiental ainda incalculável, como pode ser observado pelo texto abaixo:

É fato notório que o rompimento da barragem de Fundão ocasionou o maior desastre ambiental do Brasil, com consequências ambientais, sociais e econômicas até o presente momento inestimáveis. Não há até o presente momento diagnóstico conclusivo sobre os impactos do desastre no meio físico, biótico e socioeconômico. O que há são laudos preliminares,

elaborados tanto por parte do Poder Público quanto por parte de empresas (AÇÃO..., 2016, p. 118).

IMAGEM 1 – DISTRITO DE BENTO RODRIGUES ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO



Fonte: Ministério Público Federal (2016)<sup>2</sup>

A tragédia do rompimento da barragem em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, foi destaque na imprensa internacional. Os principais jornais da Argentina, da Espanha, do Reino Unido, dos Estados Unidos e da França ressaltaram os números do desastre: pelo menos sete mortos e 200 desaparecidos logo após o ocorrido. Também associaram o fato ao rompimento da barragem do Fundão, em Mariana.

IMAGEM 2 – BARRAGEM DO CÓRREGO DO FEIJÃO ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO



FONTE: Twitter/Guilherme Mascarenhas Maciel (2019)<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: [https://img.r7.com/images/2015/11/10/95xl3ds8iy\\_6oz9yykm3g\\_file?dimensions=771x420&no\\_crop=true](https://img.r7.com/images/2015/11/10/95xl3ds8iy_6oz9yykm3g_file?dimensions=771x420&no_crop=true). Acesso em 05 mar. 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://i.em.com.br/av88ywXdrnIglO7u4686mkihdJs=/820x0/smart/imgsapp.em.com.br/app/noticia\\_127983242361/2019/01/25/1024498/20190125151429351523e.jpg](https://i.em.com.br/av88ywXdrnIglO7u4686mkihdJs=/820x0/smart/imgsapp.em.com.br/app/noticia_127983242361/2019/01/25/1024498/20190125151429351523e.jpg). Acesso em: 05 mar. 2023.

### **3 MUNICÍPIO DE OURO PRETO: REINVENTANDO O TURISMO EM TEMPOS DE CRISES**

A resiliência de Ouro Preto frente as crises que se instalaram ao longo de sua história, têm raízes na cultura original brasileira. Na criatividade que culminou no acervo ímpar das obras de arte de características próprias, na preservação do conjunto setecentista, e nas histórias marcadas por heróis, mártires e poetas, além de sua influência nos episódios marcantes da construção da nacionalidade brasileira. A herança histórica impulsiona até hoje as gerações que sucederam a colonização a manterem o legado de reinvenção frente as crises que se apresentam periodicamente e o turismo surge como opção de diversificação econômica, haja vista sua expressiva contribuição no setor econômico.

#### **3.1 O ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS NO TURISMO**

Dois anos depois do rompimento da barragem em Brumadinho, o mundo enfrentaria outra crise após a descoberta de um novo vírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi informada de casos de pneumonia detectados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Posteriormente, foi reconhecida uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus: a Covid-19.

Wuhan foi considerada inicialmente o epicentro mundial, superada pela Itália, que logo acumulou maior número de casos e mortes. É consenso que o primeiro caso do novo coronavírus surgiu no final do ano de 2019, o que fica patente no próprio nome da doença. Devido ao aumento do número de casos na China e em outros países, a OMS declarou tratar-se de uma emergência de saúde pública internacional, decretando o estado de pandemia e que todos os países deveriam fazer planos de contingência.

Uma das formas de contaminação se dá através de gotículas expelidas pelo indivíduo contaminado. Em face da gravidade do vírus, bem como do crescente número de infectados e mortes ao redor do mundo, Wuhan deixou de ser o epicentro da doença: da China para Itália, Espanha e Reino Unido, nesta ordem. Em seguida para os Estados Unidos, onde o número de casos superou o registrado em todos os países. De acordo com o Ministério da Saúde, em setembro 2020, o Brasil atingiu 4.745.464 casos e 142.058 mortes, atrás apenas dos EUA (COVID-19..., 2020).

Diante da velocidade de contaminação e da letalidade do novo coronavírus, medidas sanitárias e de isolamento social foram adotadas em todo o território nacional. No Brasil, a atribuição por decidir implementar as medidas necessárias para a mitigação e supressão da Covid-19 nos Estados, municípios e no Distrito Federal, coube ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, pouco se sabia na época sobre a doença e de quanto seria a duração da vigência dessas medidas; afinal, ainda não existiam vacinas nem tratamentos específicos para a prevenção e cura da doença.

Segundo Youell (2002), os impactos econômicos gerados pela atividade turística foram os primeiros e os mais estudados pelos pesquisadores devido à fácil avaliação que resulta dos seus efeitos tangíveis e mensuráveis, uma vez que o turismo reflete fortemente na economia local, regional e nacional. Segundo Iniesta-Bonillo et al. (2016), a dimensão econômica da sustentabilidade no turismo implica satisfazer as necessidades econômicas da população, produzindo rendimento que permita elevação do nível de qualidade de vida.

Mesmo em tempos pandêmicos, de acordo com divulgações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, o turismo empregava 7 milhões de pessoas e respondia por 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas produzidas no país. O impacto chega a 53 segmentos da cadeia produtiva. “O Brasil produziu 372 mil empregos com carteira assinada no mês de agosto” (GOVERNO..., 2021), e em 2022 as atividades relacionadas ao turismo foram as principais responsáveis pelo crescimento de 2,9% do PIB do Brasil, divulgado através de dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, em 2 de março de 2023 (MACIEL, 2023).

No que diz respeito aos efeitos diretos da pandemia no setor turístico, podemos acreditar que a estratégia de adoção das medidas restritivas e sanitárias até a descoberta das vacinas surtiu o efeito desejado na medida em que foi efetiva para conter o avanço descontrolado de casos e óbitos pela Covid-19. Isso levou alguns países a imporem o fechamento de fronteiras, bem como restrições para o deslocamento de pessoas, o que afetou drasticamente o setor turístico (OMT, 2001). Neste sentido, há que se considerar o impacto na economia mundial.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial (2022),

A crise gerou impactos dramáticos na pobreza e na desigualdade globais. A pobreza global aumentou pela primeira vez em uma geração, e as perdas desproporcionais de renda entre as populações desfavorecidas levaram a um aumento drástico da desigualdade entre os países e dentro deles (CAPÍTULO..., 2022).

No Brasil, os governos intervieram e passaram a oferecer assistência às famílias na forma de programas de transferência direta de renda (conhecidos como *Auxílio Emergencial* e baseados na renda per capita familiar) e redução de juros em renegociações de dívidas com instituições financeiras.

Quanto às empresas, outras ferramentas de política financeira foram implementadas como redução de taxas de juros, flexibilização nas condições de quitação de dívidas, moratórias, etc. Um desses auxílios para empresas realizados pelo Governo Federal consiste na Medida Provisória n.º 975, que institui o *Programa Emergencial de Acesso ao Crédito*, criado com o objetivo de facilitar a obtenção de financiamento para as pequenas e médias empresas.

Setores como cultura e turismo foram fortemente afetados e de forma negativa; no entanto, o Governo Federal reagiu tempestivamente em relação ao setor cultural através da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, que ficou conhecida como Lei Aldir Blanc, sendo reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública” (BRASIL, 2020, n.p). Neste caso, trata-se de um benefício financeiro destinado aos artistas e agentes de cultura, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento da Covid-19.

Esta medida veio em socorro dos profissionais autônomos ou desempregados que tiveram suas atividades impactadas ou paralisadas. A paralisação súbita ou a suspensão das atividades inerentes ao setor ocorreu pela incompatibilidade com as medidas de controle da pandemia. Os eventos que geram aglomeração foram proibidos, o que culminou, portanto, num cancelamento generalizado em todo o mundo, afetando toda a cadeia ligada ao setor (GÖSSLING et al., 2020 apud OLIVEIRA et al., 2021, p. 2). Estas medidas iriam atingir por tabela o setor turístico, de acordo com levantamentos dos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC):

Turismo tem perdas de R\$ 474 bi em dois anos de pandemia no Brasil. Após um tombo de 36,7% em 2020, o volume de serviços nas atividades turísticas terminou 2021 com crescimento de 21,1% ante 2020”, no entanto os estudos alertavam que “A retomada do turismo em 2021 não bastou para recuperar as perdas da pandemia. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor deixou de faturar R\$ 214 bilhões em 2021. Do início da pandemia, em 2020, até dezembro passado, a perda é de R\$ 473,7 bilhões (TURISMO..., 2022, n.p.).

Em face da incipiência de conhecimentos científicos no combate à Covid-19, as populações ao redor do mundo seguiam se protegendo segundo as instruções da Organização

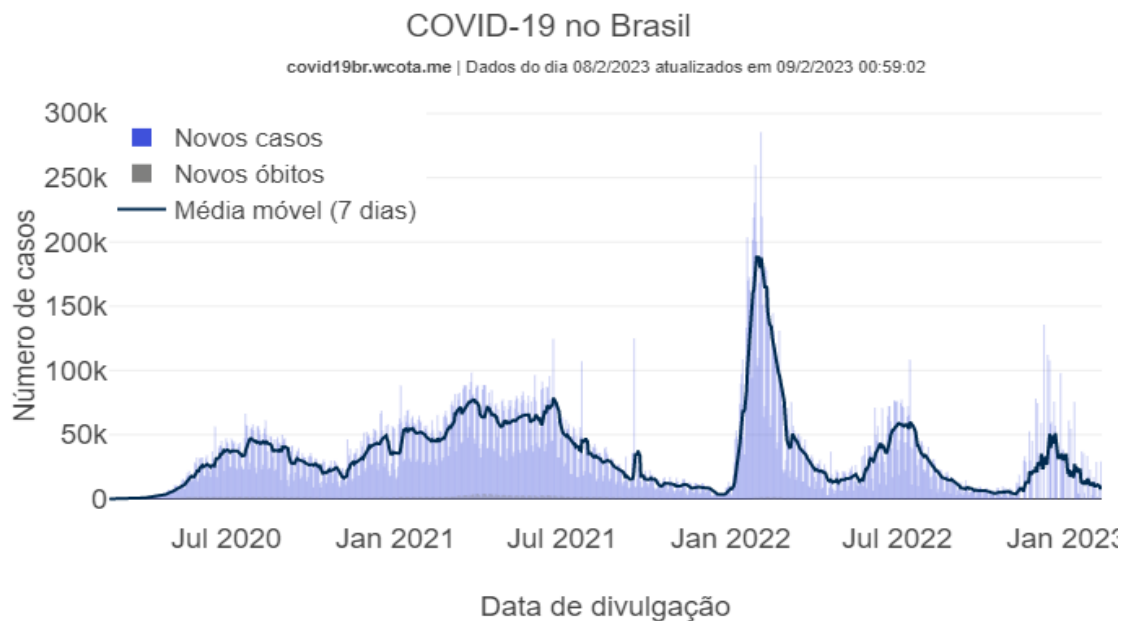


Mundial de Saúde (OMS) e as políticas de combate implementadas em cada governo. Enquanto isso, vários países investiam na realização de pesquisas para o desenvolvimento de vacinas contra a doença.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), braço da OMS, a vacinação em massa no Brasil iniciou-se no primeiro trimestre de 2021, após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar o uso das vacinas CoronaVac, Covishield (AstraZeneca), Janssen e Corminaty (Pfizer).

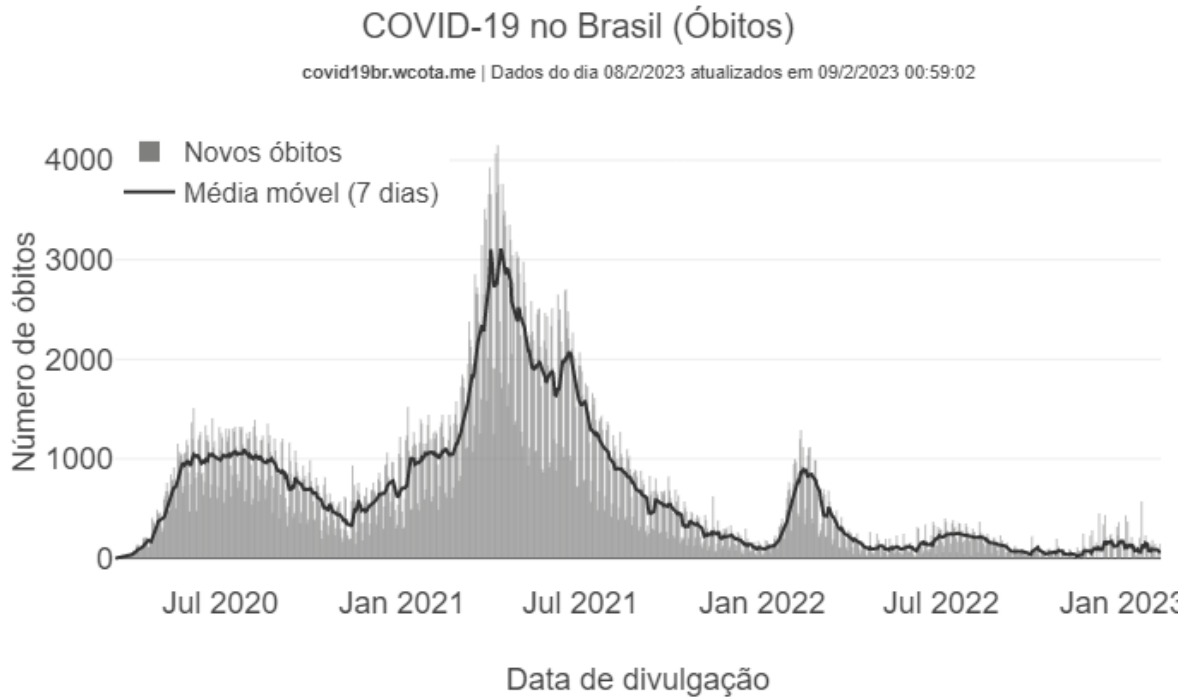
Com a vacinação em curso, algumas medidas de prevenção foram flexibilizadas, mas não totalmente abolidas, otimizando desta forma a eficácia das vacinas, conforme dados informados pelas Secretarias Estaduais de Saúde e apresentados nos gráficos de evolução temporal do número de casos no Brasil, na escala de: **novos casos, óbitos, recuperados, casos ativos e totalmente imunizados.**

GRÁFICO 1 – COVID-19 NO BRASIL



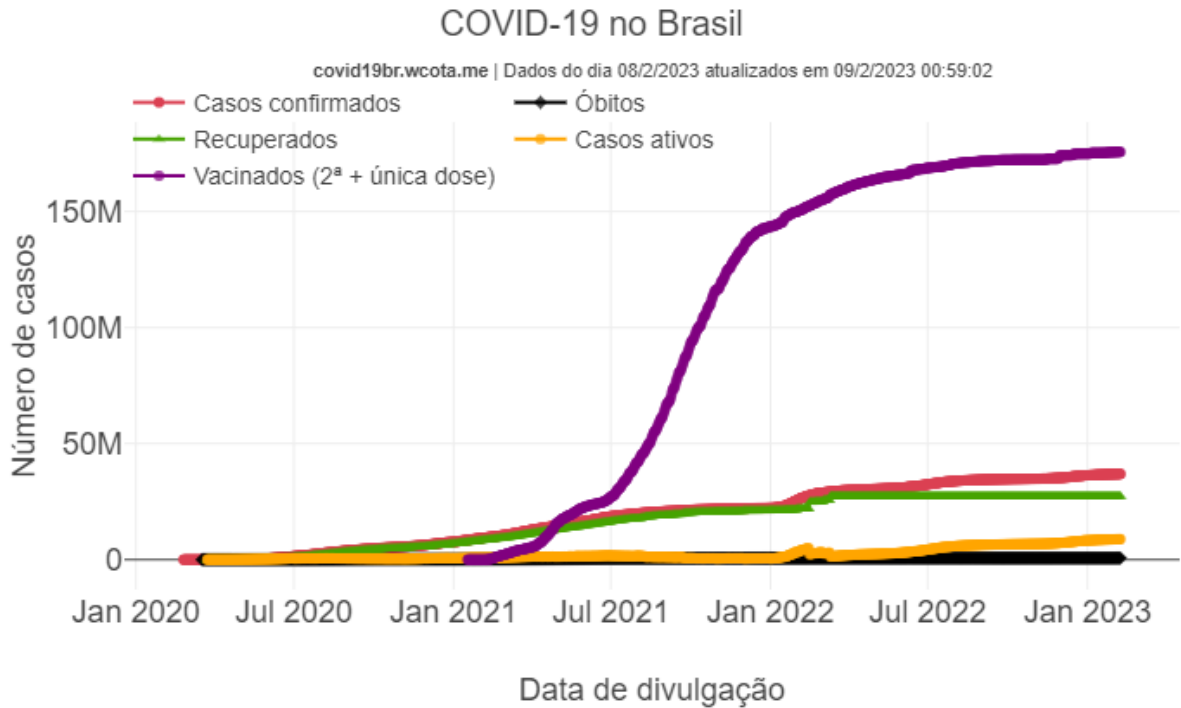
FONTE: covid19br.wcota.me (2023).

GRÁFICO 2 – COVID-19 NO BRASIL (ÓBITOS)



FONTE: covid19br.wcota.me (2023).

GRÁFICO 3 – COVID-19 NO BRASIL (CASOS CONFIRMADOS, RECUPERADOS, VACINADOS, ÓBITOS E CASOS ATIVOS)



FONTE: covid19br.wcota.me (2023).

### 3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado após a consulta ao referencial teórico, revisão de textos e análise da adequação destes com o assunto proposto, levantamento de dados sobre as atividades características do local, bem como as legislações vigentes das principais atividades presentes da região de Ouro Preto, em acervos literários e órgãos públicos.

As pesquisas bibliográficas procederam com foco em livros, revistas, documentários e artigos científicos nacionais e internacionais sobre impactos no Turismo causados pelas diversas crises que se instalaram, sejam de ordem econômica, sanitária ou política. A metodologia do Observador Participante contribuiu com as investigações no âmbito bibliográfico, proporcionando uma visão ampla e detalhada de uma realidade, resultante da interação do pesquisador com o meio, e que pode vir a servir de base para o planejamento de estratégias para o desenvolvimento turístico da região de Ouro Preto.

As conclusões foram construídas através das correlações da Observação Participante e das pesquisas bibliográficas realizadas sobre os temas abordados. O fim das correlações se destina a compreensão dos impactos socioeconômicos sofridos pelo setor turístico em Ouro Preto, objetivando a construção de políticas públicas no sentido de potencializar a diversificação e qualidade da oferta turística em Ouro Preto, mitigando a sazonalidade e por fim, a elaboração de planos de contingências para os períodos de crise.

Na pesquisa bibliográfica investigou-se a formação de Ouro Preto, seu passado de lutas e glórias, a recorrente capacidade de se reinventar; a importância da mineração até os dias atuais e o seu legado (aspectos positivos e negativos); as transições de sítio minerador para sede de governo e finalmente como cidade histórica; o reconhecimento nacional e internacional com a obtenção do título de Patrimônio Mundial conferido pela UNESCO que obrigou a uma organização do turismo local enquanto destino turístico; as obrigações sociais e políticas inerentes ao título mundial e por fim, a suscetibilidade do setor turístico perante as crises socioeconômicas.

A pesquisa enquanto Observador Participante tiveram como foco: as ações do município na preservação do patrimônio cultural, para além da conservação, é o principal produto turístico local; quais os investimentos destinados ao setor turístico; as políticas de Turismo que consolidam Ouro Preto como cidade turística; a visão dos gestores públicos quanto ao setor turístico na cidade e a viabilidade de construção de equipamentos turísticos.

Dos fatos aqui apresentados com foco nas pesquisas, vale ressaltar que quanto aos aspectos históricos de Ouro Preto, as discussões socioeconômicas e os impactos do setor

turístico, bem como a suscetibilidade perante as crises, encontram-se registrados nas literaturas de âmbito nacional e internacional, descritos neste trabalho e devidamente informados ao final deste.

Diante da extensa pesquisa e com elementos comparativos de outras localidades citadas, percebe-se que a atividade turística a princípio se desenvolve em torno de um produto característico local. Em Ouro Preto, destacam-se os segmentos histórico-cultural e religioso, na sede e distritos. Neste ambiente, fica evidente a importância da cidade enquanto patrimônio e as dificuldades provenientes desta condição. Há que se preservar, no entanto é premente a necessidade de implementação de novos segmentos para que o destino se mantenha competitivo com a criação de novos atrativos. As atrações religiosas e culturais recebem maior destaque em relação a outros seguimentos ligados à natureza, ecoturismo, de aventuras etc. ainda que haja uma diversidade como parques, florestas, cachoeiras e montanhas. O artesanato e o turismo gastronômico podem e devem ser mais explorados e fomentados, já que doces produzidos em um de seus distritos – São Bartolomeu - já se tornou patrimônio imaterial ganhando o registro de Bem Imaterial Municipal no Programa de Patrimônio Municipal de Ouro Preto - Decreto n.º 1.096 de 15 de abril de 2008 que "Estabelece o registro da produção tradicional de doces artesanais do distrito de São Bartolomeu como patrimônio cultural imaterial do Município de Ouro Preto" e o município possuir uma das maiores redes de bares e restaurantes da região. (OURO PRETO, 2008).

É de suma importância ressaltar que Ouro Preto se encontra fundamentada no arcabouço das políticas públicas obrigatórias, em obediência às políticas de Estado e às diretrizes dos Planos Nacional e de Regionalização do Turismo, e do Fundo Geral do Turismo do Mtur. São elas:

- Plano Municipal de Turismo – PMT;
- Conselho Municipal de Turismo Constituído – COMTUR – Lei Municipal n.º 659/2011, “que dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo”;
- Fundo Municipal de Turismo Estabelecido – FUMTUR – Lei Municipal n.º 587/2010, que “cria o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências”;
- Certificado do Conselho Municipal de Turismo;
- Certificado do Programa de Regionalização da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – Circuito do Ouro;
- Política Municipal de Turismo – Lei Municipal n.º 971/2015, que “estabelece a Política Municipal de Turismo e dá outras providências”;

- Participação no Relatório de Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro – Região Sudeste / Minas Gerais / Ouro – Mtur.

As leis aqui expostas, associadas ao título de Patrimônio Mundial da Humanidade, legitimam Ouro Preto a se candidatar a programas destinados ao fomento do turismo nas instâncias tanto do Governo Federal como do Estadual. Elas também demonstram a aptidão da cidade para a participação dos recursos oriundos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e para a participação nos recursos municipais estabelecidos pela Lei do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR).

Sendo o acervo histórico cultural de Ouro Preto, um legado da mineração do Século XVIII, pretende-se que uma vez mais que os recursos provenientes da atual atividade minerária venham em favor da diversificação econômica do município. Empregar os recursos da CFEM na reconstrução da atividade turística, atração de novos investimentos; capacitação da mão de obra e profissionalização do setor e investimentos em novos equipamentos turísticos.

Quanto a gestão pública do turismo, não há investimentos significativos no setor, ainda que o município esteja apoiado em todas as legislações vigentes concernentes ao Turismo. O setor turístico é visto pelos administradores como um setor que se auto gerencia. A justificativa é que não há receita suficiente, uma vez que a arrecadação municipal tem sofrido revezes e outros setores da administração pública demandam mais como os setores da Saúde, Educação e as obras de infraestruturas das encostas e das vias, devido às dificuldades em relação a formação do relevo da região. A criação de uma autarquia, à exemplo da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur, poderia ser uma saída. Além de contar com um corpo técnico específico para desenvolver projetos e captar recursos, tendo como objetivos, desonerar a gestão pública municipal e atuar com expertise nas diversas manifestações e eventos. Somado a tudo isto, ressalta a promoção do destino como polo de atração turística com visibilidade nacional e internacional.

Obstáculos como a ausência de mão de obra qualificada, Centros de Atendimento ao Turista – CATS, devidamente equipados, a má qualidade dos transportes turísticos entrava o crescimento turístico do município e a ausência de indicadores impedem a injeção de investimentos. Faz-se necessário a criação de um Observatório de Turismo Municipal.

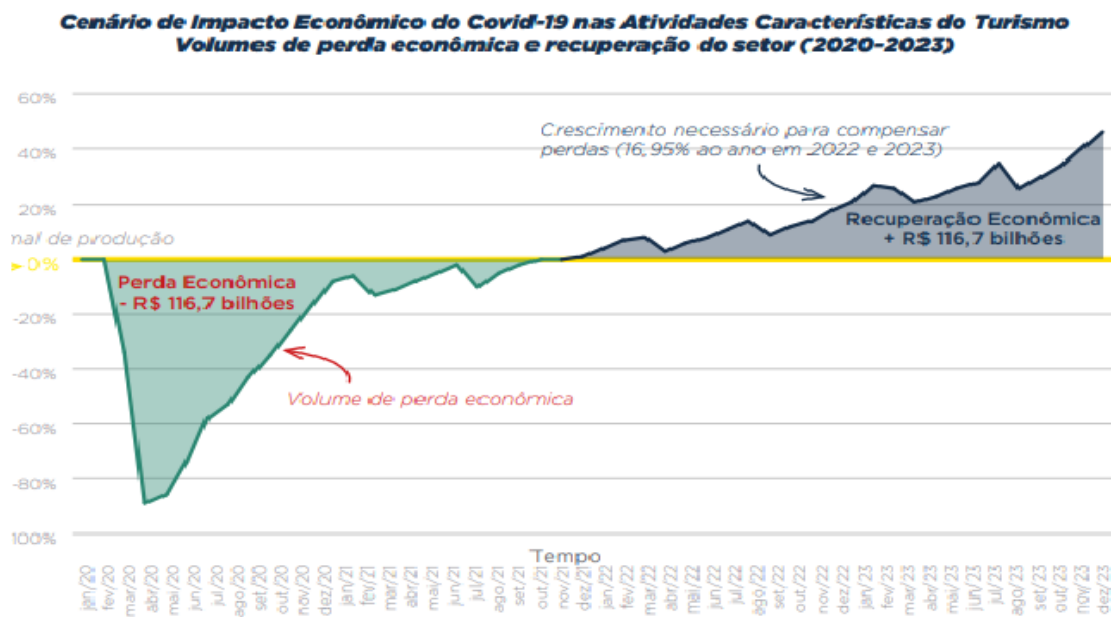
No capítulo a seguir será abordado o tema da retomada econômica do turismo pós pandemia no Brasil.

### 3.3 RETOMADA ECONÔMICA DO TURISMO PÓS-PANDEMIA NO BRASIL

De acordo com os gráficos apresentados no subitem 4.1, em janeiro de 2023 o Brasil atingiu o menor índice de novos casos, óbitos, recuperados e casos ativos em contraposição ao maior índice de totalmente imunizados, tornando o ambiente propício a uma continuação da retomada da demanda pelos serviços turísticos após a pandemia de Covid-19, agora de forma mais segura e eficaz.

O gráfico abaixo representado traz um compilado dos cálculos realizados a partir de valores do ano de 2019 até 2023, a respeito das perdas, da recuperação econômica em 2021 e a informação do crescimento percentual necessário para compensar perdas relativas aos anos de 2022 e 2023.

GRÁFICO 4 – CENÁRIO DE IMPACTO DA COVID-19 NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: VOLUMES DE PERDA ECONÔMICA E RECUPERAÇÃO DO SETOR (2020-2023)



FONTE: Fundação Getúlio Vargas (2023).

O turismo brasileiro retomou suas atividades em 2022 com ritmo abaixo da média internacional em comparação a outros continentes que registraram índices percentuais expressivos de retomada da atividade turística, a exemplo do Oriente Médio, com 83%, e da Europa, com 80%.

Diante da declaração do IBGE, que classifica a atividade turística como importante indutora da economia brasileira, a ministra do turismo, Daniela Carneiro, destaca que o dado só confirma o grande potencial que o setor tem de ampliar a economia do país.

Esse impacto ainda está aquém do potencial do Turismo no país, por isso, atuaremos, junto com o presidente Lula, para incentivar a qualificação e empreendedorismo no turismo, estruturar nossos destinos e, assim gerar cada vez mais emprego e renda. Temos muito o que crescer e estamos compromissados nesse propósito! (MACIEL, 2023a).

Mesmo aquém de seu potencial, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) registrou um crescimento de cerca de 24% das atividades turísticas no ano de 2022 enquanto o Levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) apontou que o turismo brasileiro faturou no ano passado R\$ 208 bilhões. Atividades ligadas ao turismo como transporte, armazenagem e correios tiveram crescimento de 8,4% no ano enquanto serviços como bares e restaurantes, hospedagem e aluguel de carros registraram aumento de 11,1%.

IMAGEM 3 – ÓPERA “ALEIJADINHO” MARCANDO A RETOMADA DOS EVENTOS PÓS-PANDEMIA EM OURO PRETO (ABRIL DE 2022)



FONTE: Ane Souza (2022) <sup>4</sup>.

Otimista com o cenário de crescimento que se vislumbra, a ministra Daniela Carneiro lançou um plano como meta para os *100 Dias de Governo*, evento que trata de “ações

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/anesouzop/52040516095/in/album-72177720298519920/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

estratégicas para desenvolver o turismo no país” (MACIEL, 2023, n.p.). Este plano conta com cinco eixos de atuação:

- Diálogo;
- Sustentabilidade e mudanças climáticas;
- Carnaval;
- Estruturação de destinos e redução do preço das passagens aéreas para democratizar o acesso da população à aviação no país.

IMAGEM 4 – RIO DE JANEIRO, CARTÃO-POSTAL DO BRASIL E UM DOS DESTINOS MAIS VISITADOS DO MUNDO



FONTE: Alexandre Macieira/MTur (2023)<sup>5</sup>.

Quanto ao receptivo internacional, somente no mês de janeiro de 2023, houve um crescimento de 14,7% em relação aos índices pré-pandemia, o melhor número apresentado nos últimos quatro anos, demonstrando o retorno de confiança dos visitantes estrangeiros no Brasil.

Segundo dados divulgados pela Polícia Federal em 06 de março de 2023,

Mais de 868,5 mil turistas estrangeiros visitaram o Brasil em janeiro de 2023. O número é o melhor dos últimos quatro anos, superando em 14,7% os índices pré-pandemia, quando cerca de 756,8 mil visitantes estrangeiros entraram no país. Quando comparado ao mês anterior, dezembro, o número mais do que dobrou, chegando a uma alta de 109% (MACIEL, 2023b, n.p.).

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-janeiro-numero-de-turistas-estrangeiros-no-pais-superou-em-14-7-indices-pre-pandemia/07-03-2023\\_materia\\_estrangeiros.jpg/@\\_images/1ef25ad5-51d3-481b-b5c8-00a794c2ca79.jpeg](https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-janeiro-numero-de-turistas-estrangeiros-no-pais-superou-em-14-7-indices-pre-pandemia/07-03-2023_materia_estrangeiros.jpg/@_images/1ef25ad5-51d3-481b-b5c8-00a794c2ca79.jpeg). Acesso em: 28 mar. 2023.



Em 2022, mais de 3,63 milhões de turistas internacionais visitaram o Brasil, segundo dados consolidados pelo Ministério do Turismo. Apesar da alta, o número ainda é 43% menor do que o registrado no pré-pandemia. Segundo o levantamento, os argentinos (1.032.762), os norte-americanos (441.007) e os paraguaios (308.234) foram os que mais visitaram os destinos brasileiros ao longo do último ano. São Paulo (1.505.129), Rio de Janeiro (652.962), Paraná (522.832) e o Rio Grande do Sul (474.474) foram as principais portas de entrada desses viajantes (MACIEL, 2023b).

Visto o panorama da retomada das atividades pós-pandemia, tanto no que se refere ao receptivo nacional quanto ao internacional, passemos à análise deste mesmo cenário na cidade de Ouro Preto.

### 3.4 OURO PRETO DURANTE E APÓS A COVID-19

Ouro Preto, cidade localizada na região central de Minas Gerais, é permeada por conflitos e acordos de características políticas ou cotidianas, lutas e glórias, opulência e pobreza extremas, relevância e obscuridade. Sua capacidade criativa já era percebida ainda no século XVIII, quando os artistas da época souberam adaptar a matéria-prima local (pedra-sabão), inovando assim o estilo artístico barroco, importado da Europa, e dando origem ao barroco mineiro. Este estilo de arte barroca tornou-se nosso principal arcabouço artístico, consagrando os artistas locais e suas obras, de modo a contribuir para a construção histórica de Ouro Preto.

Entre os séculos XVIII e XIX, Ouro Preto já dava provas de sua incrível capacidade de recuperação diante dos graves acontecimentos socioeconômicos que permearam sua história. Seu relevante poder político na Colônia devia-se à grande produção de ouro na então Vila Rica. Estima-se que o primeiro grande percalço se deu por ocasião do esgotamento da exploração das minas de ouro, o que acarretou fome, miséria e decadência, restando aos que aqui habitavam o enfrentamento à Coroa no sentido de reivindicar menores taxas tributárias (quinto do ouro) e, conseqüentemente, melhores condições de vida para a população. Mesmo não tendo sido exitoso, o movimento abre caminho para os ideais libertários da nação. Dado o seu poder político, Ouro Preto abriga a sede do governo mineiro até 1897, quando a capital é transferida para a futura Belo Horizonte, provocando novamente a decadência, o ostracismo e a estagnação local (CASTRO, 1999, p. 173).

No entanto, no início do século XX, o Brasil inaugurava uma nova era, uma nação independente que buscava criar suas próprias raízes e construir sua história, encontrando em Ouro Preto, templo estagnado e abandonado, porém preservado, o cenário perfeito para se

transformar no ícone nacional, dada a sua condição no passado, caracterizada por sua opulência, suas riquezas e suas lutas. A restauração dessa glória coube sobretudo a personagens do âmbito artístico, que permitiram o surgimento de uma arte genuinamente nacional, oriunda do período colonial, com destaque para as igrejas, pontes e chafarizes, bem como as obras de artistas hoje mundialmente reconhecidos (Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho – e Manuel da Costa Ataíde – ou simplesmente Mestre Ataíde) (BARROSO, 1943 apud CASTRO, 1999).

O reconhecimento de Ouro Preto como cidade histórica se deu através de inúmeras visitas empreendidas ao local por artistas comprometidos com a busca de uma identidade nacional e preocupados com medidas de preservação do rico acervo, desde as grandes edificações civis e religiosas até os elementos artísticos e as obras de arte que compunham todo o conjunto ali existente. Nas expedições participaram personagens como Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1916, Renato Viana em 1926, e a caravana dos modernistas acompanhados do poeta Blaise Cendrars em 1924 (BARROSO, 1943 apud CASTRO, 1999)

A primeira proposta efetiva para a conservação e preservação do patrimônio veio através de Gustavo Barroso, que empreendeu sua visita no ano de 1926 e acionou órgãos federais e estaduais, conclamando à importância de conservação e preservação do acervo e à sua relação com o passado. Com sua visão poética, deixou assim registrado:

Durante longos anos, dormiu Ouro Preto o sono do esquecimento. Raros glosavam suas maravilhas. Raros eram os que iam em peregrinação comovida apreciar suas pontes de pedra dominadas pela cruz, seus chafarizes ornamentais, seus templos augustos saídos das mãos de Ataíde e do Aleijadinho. Depois, a pouco e pouco, as atenções foram se voltando para a vetusta Vila Rica de Albuquerque, as penas a descreveram, os pincéis a pintaram. E, afinal, os olhos maravilhados do Brasil todo descobriram essa relíquia preciosa.

Ouro Preto é um milagre petrificado no silêncio do tempo como que para atestar a existência de um período em que a Raça capaz de recuar meridianos, se afirmou capaz também da criação do belo! Publicaram-se livros sobre a cidade histórica, considerada a nossa Carcassonne, a nossa Guimarães, a nossa [sic] Avila, a nossa Orvieto. Gemeram os prelos, estampando estudos, artigos, reportagens, gravuras. Falou-se de turismo.

Finalmente, obedecendo ao movimento de opinião que se gerara, o governo federal criou a Inspetoria de Monumentos Nacionais e encarregando-a, embora com poucos recursos monetários, dos serviços de conservação, restauração e defesa de Ouro Preto. Também a declarou Monumento Nacional. Dessa sorte, a velha capital mineira, não teve mais que recluir a invasão do mau gosto e do modernismo, continuando a guardar sua fisionomia física de outrora (BARROSO, 1943 apud CASTRO, 1999, p. 174-175).

Ouro Preto tornou-se em suma um ícone da representatividade de um país que nasceu colônia e tomava as rédeas de seu destino, tornando-se mundialmente reconhecido por seu patrimônio preservado. Foi uma das primeiras cidades tombadas pelo IPHAN, em 1938, e a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Mundial, conferido pela UNESCO, em 1980.

A cidade, assim como os demais destinos que possuem a atividade turística muito acentuada, sofreu grandes impactos ao enfrentar a Covid-19. Para lidar com o período atípico, o destino aderiu ao programa criado pelo governo de Minas Gerais, o *Minas Consciente*, cujo objetivo era a retomada da economia de forma consciente e segura, seguindo as orientações propostas pelos órgãos da saúde (OURO PRETO, 2020).

Tal como em outras crises enfrentadas por Ouro Preto nos idos dos Oitocentos e início do século XX, a ausência de um plano de contingência local ficou em evidência. Para Herrera, et al. (2020 apud OLIVEIRA et al., 2021), as estratégias e ferramentas propostas pela cidade de Juarez (México) no enfrentamento desta adversidade, apontam o quão relevante e imprescindível é o alinhamento entre os setores responsáveis pela atividade turística no destino.

Sendo um destino turístico que possui como principal modalidade o turismo receptivo, o impacto econômico local foi visível, com eventos programados sendo cancelados, atrativos culturais pausando suas atividades, parques e igrejas fechando para visitação, e meios de hospedagem impedidos de receber hóspedes devido ao cumprimento das medidas sanitárias impostas pela OMS. Neste sentido, a rotatividade de viajantes na cidade reduziu com o passar dos meses, levando-a ao caos econômico nos setores de cultura e turismo. Os setores de alimentos e bebidas, de transporte turístico e de guiamentos foram drasticamente atingidos (GALVÃO, 2020).

Enquanto as vacinas não se tornavam uma realidade, coube aos governos a iniciativa de socorrer os profissionais do *trade* turístico. No primeiro momento, o município de Ouro Preto distribuiu cestas básicas. O não arrefecimento da pandemia levou à criação de uma nova ferramenta de auxílio: o Decreto n.º 6.056, de 14 de maio de 2021, regulamentado pela Lei n.º 1.219, de 13 de maio de 2021, que “dispõe sobre a criação do ‘Programa Pró-Cultura Ouro Preto’ para o setor artístico-cultural de Ouro Preto, em virtude das consequências causadas pela pandemia do coronavírus (Covid-19)”, concedendo auxílio financeiro por três meses e sendo prorrogado, ao fim deste período, por mais trinta dias. Vale ressaltar que o município se movimentou no sentido de publicar edital para o socorro dos profissionais do setor cultural mediante a Lei Aldir Blanc.

A fim de promover o turismo, ainda que em tempos de pandemia, a Prefeitura de Ouro Preto, através da Secretaria de Cultura e Turismo, promoveu alguns eventos de forma virtual, tais como exposições com representações do carnaval e da Páscoa, concursos virtuais de fotografias etc.

IMAGEM 5 – EXPOSIÇÃO “A FÉ SILENCIOSA”, EM OURO PRETO



FONTE: Rodrigo Câmara (2021)<sup>6</sup>.

No entanto, a despeito da eficiência do município nas ações em socorro dos profissionais, projetos e estudos da diversificação da oferta turística pós-pandemia se refletiram timidamente no contexto da reorganização do setor, a exemplo do que tem ocorrido em alguns países vizinhos (Peru, Chile, Colômbia etc.) e em outras cidades brasileiras que, inspirados em uma matriz espanhola, buscaram a capacitação com o objetivo de obter um novo título: o de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI). Trata-se de um destino turístico que gerencia seus processos e seu território de forma inovadora e sustentável, comprometido com pilares que impactam positivamente a qualidade de vida dos moradores e a experiência dos turistas. Ainda sobre o DTI:

<sup>6</sup> Disponível em: [https://scontent.fcnf1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/165778479\\_1879081902267918\\_7774561801253793976\\_n.jpg?\\_nc\\_cat=111&ccb=1-7&\\_nc\\_sid=730e14&\\_nc\\_eui2=AeFX-evQo0PNKu4IZbnz2fSdjobXQtOnOEGOhtdC06c4QZ\\_\\_XtWDqzlfDuvemBVMkiGfljrXLpvHgo1zG\\_VWL2WU&\\_nc\\_ohc=QmoKMMqA oJkAX8U50on&\\_nc\\_ht=scontent.fcnf1-1.fna&oh=00\\_AfBQjDd4RqVtI8iL1goiS3CHDOyODXo6E6FOarmBpESVpg&oe=6463956A](https://scontent.fcnf1-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/165778479_1879081902267918_7774561801253793976_n.jpg?_nc_cat=111&ccb=1-7&_nc_sid=730e14&_nc_eui2=AeFX-evQo0PNKu4IZbnz2fSdjobXQtOnOEGOhtdC06c4QZ__XtWDqzlfDuvemBVMkiGfljrXLpvHgo1zG_VWL2WU&_nc_ohc=QmoKMMqA oJkAX8U50on&_nc_ht=scontent.fcnf1-1.fna&oh=00_AfBQjDd4RqVtI8iL1goiS3CHDOyODXo6E6FOarmBpESVpg&oe=6463956A). Acesso em: 05 mar. 2023.

O Ministério do Turismo iniciou, em 2021, o projeto-piloto intitulado “Modelo DTI Brasil”, com o objetivo de adaptar a metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes (criada na Espanha, em 2012) à realidade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento das cidades turísticas do país, transformando-as em destinos mais competitivos, atraentes e inovadores tanto para os visitantes como para os habitantes, sem tirar o foco e a importância da sustentabilidade, da segurança e da acessibilidade. (DESTINOS..., 2022, n.p.).

Várias cidades, incluindo Ouro Preto, se candidataram ao título de Destino Turístico Inteligente por meio do edital *Programa Turismo Futuro Brasil*, uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o Ministério do Turismo (Mtur), na primeira quinzena do mês de março, das setenta e nove cidades selecionadas via edital representando as cinco regiões do país, dez serão agraciadas com o título, sendo duas de cada região (79 CIDADES..., 2023). Vale ressaltar que a cidade de Ouro Preto, também candidata, não foi contemplada entre as demais.

Outra ação relevante para o turismo diz respeito ao Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE), uma condicionante da Licença de Operação Corretiva (LOC), obtida em 2019 e que foi necessária para que a Samarco retomasse suas operações. O PADE teve início em setembro de 2020, sendo executado nos municípios de Mariana e Ouro Preto, com o objetivo de levantar novas oportunidades a partir da identificação e do mapeamento de potencialidades para além da mineração, a partir da interação com as principais instituições de cada município (MARIANA..., 2022).

Com o devido apoio das prefeituras de Ouro Preto e Mariana (através das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, de Cultura e Turismo e de Agropecuária), assim como das instituições ligadas ao comércio, das instâncias de governança e do terceiro setor, foram diagnosticados cinco eixos relevantes que, devidamente assistidos e explorados, contribuirão muito para a diversificação econômica do município. Após o diagnóstico concluído, cada eixo deve apresentar duas ações mais urgentes para implementação. São eles:

- Agropecuária;
- Aproveitamento de Rejeitos;
- Empreendedorismo;
- Tecnologia e Inovação;
- Turismo.

A ação para o desenvolvimento local, proposta pela Samarco Mineração S.A., demonstra o interesse das empresas mineradoras em não permanecer como a única fonte de

recursos dos municípios onde atuam. “A partir de agora vamos para o próximo passo que é executar as ações elaboradas e cumprir os indicadores estabelecidos”, disse o analista de Relações Institucionais da Samarco, Guilherme Louzada (MARIANA..., 2022, n.p).

O PADE propõe um novo leque de opções de negócios e atividades que possam contribuir para a diversificação da economia, considerando as vocações das localidades. O diretor da Agência de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cultura e Turismo de Mariana, Kelson Douglas, hoje atuante em Ouro Preto como diretor do departamento de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, ressaltou o seguinte:

Esse conjunto de oportunidades de diversificação econômica, direcionado pela comunidade, por meio do PADE, é algo que precisa ser abraçado pela população de Mariana e Ouro Preto. Por se tratar de um tipo de construção popular de futuro, é necessário que hoje saibamos trabalhar em conjunto para aproveitar da melhor maneira os recursos e vislumbrar ações para além da mineração nos territórios (MARIANA..., 2022, n.p).

IMAGEM 6 – APRESENTAÇÃO DO PADE NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE OURO PRETO



Fonte: Divulgação Samarco (2022) <sup>7</sup>

No âmbito da segurança, podemos citar a Rede de Proteção Integrada ao Turismo (RIPT). Em 2021, a título de experiência, foi implantado o projeto-piloto no bairro de Antônio Dias e, diante do sucesso alcançado, atualmente vem sendo estendido por todo o centro histórico.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2022/02/11.02-PADE-Ouro-Preto-1-1024x768.jpeg>. Acesso em 28 mar. 2023.

A Rede Integrada de Proteção ao Turismo (RIPT), desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), é mais uma política pública do governo do Estado, que busca fortalecer o turismo mineiro. Isso faz com que Minas Gerais seja um Estado cada vez mais acolhedor, fonte de empreendimentos e seguro, tendo como público alvo, além dos turistas, a própria comunidade local, investidores, organizações governamentais e não governamentais, todos envolvidos na busca de uma relação onde todos ganham (MINAS GERAIS, 2021, n.p).

A ideia principal é contribuir para que os viajantes tenham as melhores experiências nos locais visitados, além de proteger o patrimônio, os comércios, equipamentos culturais e demais empreendimentos turísticos locais, beneficiando também os habitantes da cidade.

E, por último e não menos importante, vale citar a implementação da *Ouro Preto Film Commission*, através do Decreto n.º 6.527 de 23 de junho de 2022, que tem a missão de ser a autoridade fílmica local. Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia, gestoras da ação, o objetivo é que os trabalhos da comissão consigam fomentar a produção audiovisual local, trazendo mais produções para a cidade, promovendo a capacitação de profissionais e gerando empregos. A cadeia produtiva de atividades audiovisuais é longa e movimenta toda a economia da região escolhida para a locação. A Prefeitura vê nas produções audiovisuais uma grande oportunidade para a diversificação econômica do município (PEREIRA, 2023).

Pelo exposto, as ações aqui relatadas foram pensadas no sentido de reorganizar e otimizar a proposta turística do município pós-desastres e pós-pandemia. No entanto, são ações de aplicação de médio e longo prazo. O que se faz necessário na organização turística de Ouro Preto, além da diversificação da oferta, diz respeito a investimentos na infraestrutura básica de operação como a capacitação dos profissionais do *trade*, a criação do observatório de turismo e uma agenda robusta de eventos de grande fluxo turístico (no sentido de minimizar a sazonalidade).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que o desenvolvimento do país segue a lógica do bem-estar da sociedade, o turismo se insere como elemento articulador do pluralismo das atividades econômicas e dos anseios sociais, embora deva ser encarada como grande desafio a atividade turística em ambos os aspectos.

Ouro Preto ao se tornar uma cidade turística capitaneado pelo título de patrimônio cultural da humanidade conferido pela Unesco, não somente o centro histórico foi afetado, mas toda a sua extensão territorial, incluindo os distritos, pelas importâncias a eles delegadas. Todos sem exceção, tiveram toda a sua dinâmica modificada. O contraditório está no fato de que o mesmo progresso concebido com o fim de promover o bem estar social, promove profundas mudanças muitas vezes negativas. As mudanças de comportamento, o contato com estilos de vida diferentes, o esgotamento da comunidade receptora e as complexas relações que envolvem turistas e autóctones na região de Ouro Preto são exemplos claros de como a atividade turística é um elemento de grande impacto.

Visto que as consequências são grandiosas, a utilização do planejamento e suas diretrizes, pesquisas, levantamento de dados, inserção da comunidade em decisões governamentais, prática do turismo sustentável são premissas indispensáveis aos governantes e gestores privados.

Da mesma forma que os títulos de patrimônio cultural, primeiro a nível nacional e depois internacional foi imposto à comunidade, o turismo também o foi. O que resta é munir-se desta imposição e alavancar o progresso da região. O fomento aos vários segmentos do turismo, a começar pelo turismo cultural que é o de maior força no município, ao de base comunitária, devem ser igualmente estruturados, pois podem trazer resoluções de problemas socioeconômicos através das divisas geradas pelo turismo.

Conciliando-se um correto planejamento público à junção de forças dos empreendedores da região, o bem estar social é inevitável. O retorno de questões como conscientização sobre o próprio patrimônio, valorização da cultura e preservação de espaços é de suma importância para a continuidade da produção social.

Dentro dos aspectos econômicos, o desenvolvimento do turismo de Ouro Preto acarreta desenvolvimento para a cidade e em consequência para o estado de Minas Gerais. O poder de geração de emprego, além da qualificação de mão de obra que o turismo promove em relativo curto espaço de tempo, não pode ser negligenciado pelos poderes públicos e privados.



O que se procurou colocar neste trabalho foi a importância do turismo para Ouro Preto frente as diversas crises no setor minerário apresentadas nos últimos anos, como a queda do preço do minério e os desastres humanitários e ambientais que impactaram diretamente na arrecadação, haja vista ser esta a principal fonte de recursos do município, bem como a ausência de planos de contingência para os momentos de crises, a exemplo da pandemia.

Nas pesquisas aqui apresentadas e nas conclusões como observador participante, Atos Nº 542/2021 e 224/2023, publicados no Diário Oficial do Município – DOM em 29 de janeiro de 2021 e 02 de março de 2023 respectivamente, foi possível constatar a vulnerabilidade do turismo local frente às crises que se apresentaram. Diante da sazonalidade verificada no cotidiano, os empregos que se apresentam são temporários na maioria das vezes e, portanto, informais. A sazonalidade não atinge somente a força de trabalho, as empresas são também afetadas. O Turismo local, apesar do seu grande potencial, se coloca como mero coadjuvante na escala socioeconômica do município. Isto acontece principalmente devido a uma desestruturação do setor em virtude da falta de investimentos. Podemos citar como a principal e mais relevante, a inexistência de um observatório, no sentido de criar uma rede de pesquisa com a finalidade de monitorar o desenvolvimento do turismo através do levantamento de pesquisas, dados, números e elaboração de indicadores. A ausência destes dados inviabiliza os investimentos no setor sejam da iniciativa pública ou privada. Neste contexto, inclui-se a falta de capacitação e preparo dos profissionais do trade turístico aliados a informalidade do exercício da profissão. O turismo é visto por muitos como uma atividade que pode ser desenvolvida sem treinamento específico, acarretando a precarização da atividade.

Com o intuito de gerar competitividade em relação a outros destinos turísticos, as pesquisas são alicerces dos programas para o desenvolvimento do turismo, sem as quais ficam impossibilitadas ações coerentes com a sustentabilidade econômica, social e cultural.

Inserido na expectativa de crescimento e melhoria da infraestrutura, além da geração de emprego, Ouro Preto permanece carente de serviços de pesquisa e levantamento de dados sobre as ofertas turísticas. O fluxo de entradas e saídas de turistas, sua procedência, preferência e perfis, no momento não é foco de projetos da prefeitura municipal. Isto vai contra ao grande potencial turístico que poderia ser ampliado, assim como a qualidade de serviços oferecidos.

São desconhecidos por exemplo em números reais, as perdas no setor durante a pandemia. O número de visitantes recebidos na cidade foi estimado mediante relatórios obtidos no Museu da Inconfidência, dados que são submetidos ao conhecimento do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM – através da plataforma digital do Sistema Eletrônico de Informações –

SEI - do governo federal. Faltam bases sólidas de compreensão aos atores envolvidos e como o turismo pode ser entendido como fenômeno, a sua prática correta requer tempo e pesquisa.

O lazer ligado à natureza se mostra atuante, pois como colocado por Krippendorf (2003), as pessoas buscam em suas viagens a ideia do “paraíso” e isso, a cidade de Ouro Preto e seus doze distritos podem oferecer sem dúvida. Então surge a resposta que norteou o trabalho: o turismo pode ser um conciliador entre a geração de divisas, crescimento, necessidades sociais e o seu bem estar; a necessidade de conscientizar os atores sociais acerca da relevância e da importância de se apropriar do potencial turístico e desenvolvê-lo para o bem do local, buscando valorizá-lo.

Faz-se necessário promover a geração de emprego e renda para os seus moradores através de uma estrutura turística fortalecida e, nesse processo, conciliar as atividades turísticas e mineradoras, demonstrando que uma não necessariamente exclui a outra. Neste sentido, os desastres das barragens serviram como incentivo para as empresas de mineração que atuam na região. A criação do Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE) proposto pela Samarco Mineração S.A. vem ao encontro da necessidade local em atrair novos investimentos e novas economias no setor turístico.

Quanto a retomada do turismo pós-pandemia, este vem se desenvolvendo nos moldes anteriores a ela, sem uma organização lógica e prevalecendo a falta de diálogo entre os setores correlatos. Espera-se que em um futuro próximo, as ações de fomento iniciadas durante a pandemia e citadas neste trabalho, possam produzir resultados satisfatórios. Que a realização de trabalhos acadêmicos como este venha a contribuir aos poucos para elucidar os resultados do turismo e encontrar metodologias de trabalho que orientem essa questão. Fica evidente a necessidade de novas bibliografias sobre o tema.

Diante do exposto, busca-se sobretudo sensibilizar o poder público e agentes privados no sentido de chamar a atenção para a importância da atividade turística na economia local sem, contudo, desprezar o setor minerário que em muito contribui para a receita municipal.

## REFERÊNCIAS

79 CIDADES brasileiras na disputa para ser um dos 10 destinos turísticos inteligentes do Brasil. **Agência Sebrae**, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/atitude/79-cidades-brasileiras-na-disputa-para-ser-um-dos-10-destinos-turisticos-inteligentes-do-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Autos n.º 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS. **Impactos recentes do coronavírus no segmento de turismo de negócios eventos**, abr. 2020. Disponível em: [https://abeoc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-impacto-do-coronav%C3%ADrus-UGE-e-Competitividade\\_v28\\_4f.pdf](https://abeoc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-impacto-do-coronav%C3%ADrus-UGE-e-Competitividade_v28_4f.pdf). Acesso em: 05 dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Decreto presidencial regulamenta distribuição da CFEM para municípios impactados**. Belo Horizonte, jun. 2018. Disponível em: <https://portalamm.org.br/decreto-presidencial-regulamenta-distribuicao-da-cfem-para-municipios-impactados>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETO, Margarida. **Turismo e planejamento**. São Paulo: Papirus, 1991.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BENI, Mario Carlos. Turismo e Covid-19: algumas reflexões (Tourism and Covid-19: Some Reflections). **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a02>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.

BRASIL. [Código de Mineração (1967)]. **Código de Mineração: e legislação correlata**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM). Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.406 de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei n.º 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei n.º 13.575, de 26 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 jun. 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/>

/asset\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25406081/do1-2018-06-13-decreto-n-9-406-de-12-de-junho-de-2018-25405926. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 7.990 de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7990.htm). Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.771 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=426D2BC7B779B35AB8723913B7AD1EE3.node1?codteor=848155&filename=LegislacaoCitada+-PL+641/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=426D2BC7B779B35AB8723913B7AD1EE3.node1?codteor=848155&filename=LegislacaoCitada+-PL+641/2011). Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.575 de 26 de dezembro de 2017**. Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM). Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13575.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13575.htm). Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2020b, p. 1. Disponível em: <https://bit.ly/2XWE9y2>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 14.186, de 15 de julho de 2021**. Dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14186.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14186.htm). Acesso em: 10 mar 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 975, de 1.º de junho de 2020**, convertida na Lei n.º 14.042, de 19/08/2020. Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC).

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**: Mapa do Turismo, 2021. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BURNS, Meter. **Turismo e antropologia**: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

CAPÍTULO 1. Os impactos econômicos da crise da Covid-19. **Relatório de desenvolvimento mundial 2022**, Washington, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Ouro Preto, monumento da humanidade: a trajetória de uma cidade-monumento. **Oficina do Inconfidência: revista de trabalho**, ano 1, n. 0 (dez.) 1999. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999.

CASTRO, L. L. C. **O projeto Expedições para o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão**: contribuições para a construção das políticas públicas municipais de turismo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2004.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COELHO, Nízea. Ouro Preto é a cidade mais procurada por turistas que visitam Minas Gerais. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/2972>. Acesso em: 17 fev. 2023.

COHEN, Erik. Toward a Sociology of international tourism. **Social Research**, v. 39, n. 1, p. 164-182, 1972.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do séc. XX. **Finisterra**, Lisboa, n. 93, p. 5-28, jun. 2012.

COVID-19: Brasil tem 142 mil óbitos e 4,74 milhões de casos acumulados. **Agência Brasil**, Brasília, 28 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/covid-19-brasil-tem-142-mil-obitos-e-474-milhoes-de-casos-acumulados>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/23176/17730>. Acesso em: 24 maio 2019.

DEMERTECO, Solange Menezes da Silva. **Sociologia da educação**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

DESTINOS Turísticos Inteligentes (DTI). **GOV.BR**, Brasília, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/destinos-turisticos-inteligentes-dti>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

ESPAÇO Memória. **Vale**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/espaco-memoria>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERNANDES, Ana. **Projeto Pelourinho**: operação deportação x ampliação do direito. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy, 2006. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Texto\\_Projeto\\_Pelourinho\\_Operacao\\_Deportacao.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Texto_Projeto_Pelourinho_Operacao_Deportacao.pdf). Acesso em: 19 ago. 2019.

FERNANDES, Cláudio. Mineração no Brasil colonial. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/mineracao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

FERNANDES, Ivan Pereira; FERREIRA, Márcia. **Economia no turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FERREIRA, Lorene; FERREIRA, Luiz. **Festas religiosas: uma manifestação cultural de Mariana**. Ouro Preto: Editora ETFOP, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FISHER, Mônica. **Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso**. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Urbana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, p. 51-81.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.-jun. 2012.

FONSECA, C. D.; VENÂNCIO, R. P. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 153-181, 2014.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "República Dominicana "; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-dominicana.htm>. Acesso em 09 de abril de 2023.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão sobre a Renda Agregada de Minas Gerais e Espírito Santo: Análise de Determinantes e Canais a partir do Modelo de Equilíbrio Geral / Fundação Getúlio Vargas** – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS. **ONU oficializa 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável**, 10 jan. 2017 Disponível em <https://www.turismo.ms.gov.br/onu-oficializa-2017-como-o-ano-internacional-do-turismo-sustentavel/#>. Acesso em 28 mar. 2023.

GALVÃO, Paulo. Efeito da Covid-19: Ouro Preto sofre com impactos financeiros. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 maio 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/20/interna\\_gerais,1148914/efeito-da-covid-19-ouro-preto-sofre-com-impactos-financeiros.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/20/interna_gerais,1148914/efeito-da-covid-19-ouro-preto-sofre-com-impactos-financeiros.shtml). Acesso em: 19 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. V. de M.; FERRAZ, P. S.; BATISTA, S. P. Ouro Preto e o Ciclo do Ouro. **Liga Acadêmica de Tratamento de Minérios**, Ouro Preto, 4 set. 2020. Disponível em: <https://latram.ufop.br/2020/09/04/ouro-preto-e-o-ciclo-do-ouro>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GOVERNO Federal lança Guia de Retomada Econômica do Turismo no Brasil. **GOV.BR**, Brasília, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/11/governo-federal-lanca-guia-de-retomada-economica-do-turismo-no-brasil>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GUERRA dos Emboabas. **Toda Matéria**, maio 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/guerra-dos-emboabas>. Acesso em: 10 out. 2019.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. **Sociological Review**, 54: 59-70. 2006.

HISTÓRIA – Ouro Preto (MG). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1493>. Acesso em: 14 mar. 2023.

INIESTA-BONILLO, M. A.; SÁNCHEZ-FERNANDEZ, R.; JIMÉNEZ-CASTILLO, D. Sustainability, Value and Satisfaction: Model Testing and Cross-Validation in Tourist Destinations. **Journal of Business Research**, 69, 5002–5007, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. pp. 49-57. *E-book*. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf). Acesso em: 23 out. 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2003.

LEITE, A. F. R.; MOURA, E. F. S.; NÓBREGA, R. M. **Políticas públicas e megaeventos**: uma abordagem a partir do PNT 2013/2016 na cidade de Natal/RN. *In*: Associação de Pós-Graduação em Turismo, XI, 2014, Anais.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MACIEL, Victor. IBGE confirma atividade turística como importante indutora da economia brasileira. **GOV.BR**, Brasília, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ibge-confirma-atividade-turistica-como-importante-indutora-da-economia-brasileira>. Acesso em: 10 mar 2023.

MACIEL, Victor. Em janeiro, número de turistas estrangeiros no país superou em 14,7% índices pré-pandemia. **GOV.BR**, Brasília, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-janeiro-numero-de-turistas-estrangeiros-no-pais-superou-em-14-7-indices-pre-pandemia>. Acesso em: 10 mar 2023.

MARIANA e Ouro Preto contam com um Plano de Apoio à Diversificação Econômica. **Samarco Mineração**, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.samarco.com/mariana-e-ouro-preto-contam-com-um-plano-de-apoio-a-diversificacao-economica>. Acesso em: 9 jul. 2022.

MARIANA (MG). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/372>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARIANA (MG) comemora reconhecimento da Unesco com exposição sobre o Patrimônio Cultural. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 7 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4926/mariana-mg-comemora-reconhecimento-da-unesco-com-exposicao-sobre-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 17 out. 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Rede integrada de proteção ao turismo: promovendo a segurança, o turismo e a cultura em Minas Gerais. *In*: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Reviva Turismo**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, 2021. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/download/category/21-outros?download=2629:cartilha-rede-integrada-de-protecao-ao-turismo>. Acesso em: 17 mar 2023.

MINERAÇÃO em números 2022. **Instituto Brasileiro de Mineração**, 2023. Disponível em: [https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Infografico\\_Mineracao\\_em\\_Numeros-2022-compressed.pdf](https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Infografico_Mineracao_em_Numeros-2022-compressed.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

MONUMENTOS e espaços públicos tombados – Mariana (MG). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1492>. Acesso em: 16 out. 2019.

NASH, Dennison. Tourism as an anthropological subject. **Current anthropology**, v. 22, n. 5, p. 461-481, 1981.

ROYALTIES da mineração e municípios mineradores. **Instituto Brasileiro de Mineração**, Brasília, 20 mar. 2013. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/royalties-da-mineracao-e-municipios-mineradores/>. Acesso em: 15 out. 2019.

PARA IBRAM, atualização do Código de Mineração anunciada hoje poderá atrair investimentos ao Brasil. **Instituto Brasileiro de Mineração**, Brasília, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/para-ibram-atualizacao-do-codigo-de-mineracao-anunciada-hoje-podera-atrair-investimentos-ao-brasil/>. Acesso em: 19 set 2019.



OLIVEIRA, E. dos S.; PINTO, G. M. de L.; LESCURA, C.; KNUPP, M. E. C. Impactos da pandemia da Covid-19 no turismo de Ouro Preto. **Rev. Anais Bras. de Est. Tur.**, Juiz de Fora, v.11, n. único, pp.1 –18, jan./dez., 2021.

OLIVEIRA, L. D. de; SOBREIRA, F. G. Crescimento urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 67/4, p. 867, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49114>. Acesso em: 18 mar. 2023.

OURO Preto (MG). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373>. Acesso em: 14 mar. 2023.

OURO PRETO. Decreto nº 1.096, de 15 de abril de 2008. Decreta a produção de doces Artesanais de São Bartolomeu como patrimônio cultural imaterial de Ouro Preto, inscrito no Livro de Registro de Saberes e Celebrações. Ouro Preto, 2005.

OURO PRETO (2020). **Decreto n.º 5.666 de 23 de março de 2020**. Declara estado de calamidade pública em todo território do Município de Ouro Preto para fins de prevenção e de enfrentamento do coronavírus COVID-19 e dá outras providências. Ouro Preto, 22 de março - Publicação N.º 2408.

OURO PRETO (2020). **Decreto n.º 5.711 de 2 de junho de 2020**. Dispõe sobre a adesão do Município de Ouro Preto ao Plano Minas Consciente e dá outras providências. Ouro Preto, 2 de julho - Publicação N.º 207.

OURO PRETO (MG). **Decreto n.º 5.877 de 08 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas pelo município de Ouro Preto diante do agravamento da pandemia de Covid-19. Diário Oficial do Município de Ouro Preto -Minas Gerais. [http://cmop.mg.gov.br/diario\\_oficial/diario-publicacoes.php?id=319](http://cmop.mg.gov.br/diario_oficial/diario-publicacoes.php?id=319). Acesso em: 29 out. 2020.

PEARCE, P. L. **The Social psychology of tourism behaviour**. Oxford: Pergamon Press, 1982.

PEREIRA, Sabrina. Prefeitura de Ouro Preto deu posse aos membros que compõem a Ouro Preto Film Commission. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/3042>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PESTANA, Marcus. Minério não dá duas safras. **Congresso em foco**, Brasília, 31 ago. 2015. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/minerio-nao-da-duas-safras/>. Acesso em: 16 out. 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. **Motrivivência – Revista de educação física, esporte e lazer**, Florianópolis, v. 21, n. 32/33, p.28-48, jun./dez. 2009.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Garamond, 2002.

SANTOS, M. C. F.; OLIVERI, A. M. R. Mapeamento da oferta do PIBID na região dos Inconfidentes: conhecendo o campo de pesquisa. *In: Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. v. 2. Fortaleza: EdUECE, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, v. 4, p. 3 (Coleção Reconquista do Brasil).

SILVA, Maria das Graças Souza e. **A terceira Itabira: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SIMONETTI, Conrado. Mariana. Caderno de turismo, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1979.

SIQUEIRA, Deis. **História social do turismo: Organização Mundial do Turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Vieira, 2005.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

STEINBERG, Fábio. Turismo brasileiro, vítima da política. **Fábio Steinberg**, São Paulo, 20 maio 2017. Disponível em: <https://steinberg.com.br/turismo-vitima-politica/>. Acesso em: 10 out. 2019.

TURISMO tem perdas de R\$ 474 bi em dois anos de pandemia no Brasil. **Exame**, São Paulo, 13 fev. 2022. Disponível em: <https://exame.com/economia/turismo-tem-perdas-de-r-474-bi-em-dois-anos-de-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2023.

UNEP; UNWTO. **Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers**, 2005, p. 11-12.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VIEIRA, Rodrigo. Turismo responde por 8,1% do PIB Brasil; veja dados globais. **Panrotas**, mar. 2019. Disponível em: [https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais\\_162774.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html). Acesso em: 10 out. 2019.

VIEIRA, F. L. R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 10, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11290>. Acesso em: 25 jan. 2023.

WORLD WILD FOUNDATION. **Turismo responsável: manual para políticas públicas**. Brasília: WWF Brasil, 2004.

YOUELL, R. **Turismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZHOURI, A. (org.); PEREIRA, D. B. (org.) LASCHEFSKI, K. (org.); PAIVA, Ângela. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.